

Ana Paula Belli

**EVIDENCIAÇÃO DA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO E
ALUSÃO NO PARECER DE AUDITORIA**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Contabilidade
da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Mestre em
Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberton

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Belli, Ana Paula

EVIDENCIAÇÃO DA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO E ALUSÃO NO
PARECER DE AUDITORIA / Ana Paula Belli ; orientador, Luiz
Alberton - Florianópolis, SC, 2014.

98 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade.

Inclui referências

1. Contabilidade. 2. Contabilidade. 3. CPC 46. 4. Valor
justo. 5. Parecer de auditoria. I. Alberton, Luiz. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Contabilidade. III. Título.

Ana Paula Belli

EVIDENCIAÇÃO DA MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO E ALUSÃO NO PARECER DE AUDITORIA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, em sua forma final, em 17 de dezembro de 2014.

José Alonso Borba

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alberton

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Darci Schnorrenberger

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Ilse Maria Beuren

Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. José Alonso Borba

Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta dissertação aos meus pais e ao meu marido, pelo constante apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus ao me abençoar com saúde, sabedoria e perseverança neste caminho que decidi seguir em minha vida.

Aos meus pais Elcio e Marcia pelo amor, carinho, incentivo e compreensão concedidos durante toda a minha vida. Ao meu tio Jaime pelas palavras amigas e pelo incentivo constante ao depositar em mim a confiança em vencer esta etapa.

Ao meu marido Beto Jean que sempre incentivou o meu crescimento pessoal e profissional e me apoiou nos momentos mais difíceis e nos momentos mais alegres também. Obrigada pelo amor expressado em palavras e gestos que me fizeram chegar onde estou. Agradeço também a família de meu marido pelo apoio e compreensão nos momentos em que tive ausente.

Aos professores do PPGC pelo aprendizado proporcionado e oportunidades concedidas. Agradeço em forma especial ao professor Alberton pela orientação e apoio na construção deste trabalho, aos professores Altair, Rogério e Petri por acreditarem em mim e confiarem em uma aluna “irregular” em suas matérias, aos professores Alonso, Darci, Ernesto, Ilse e Joisse pelas contribuições para o aprimoramento desta dissertação.

Agradeço aos colegas de mestrado das turmas de 2012 e 2013 ao compartilharem comigo os momentos complicados e felizes do estudo, até mesmo os mais divertidos encontros das turmas.

A Maura, secretária do PPGC pelo apoio e paciência na solução de problemas e entrega de várias documentações.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Conil pelo aprendizado profissional, a UnC e a Univille pela oportunidade da docência. Agradeço-lhes pela oportunidade de crescimento profissional e também pessoal. Em especial ao Nilson Munch e Luciano Bendlin pela confiança em meu trabalho.

Por fim, agradeço especialmente aos meus amigos em geral que me apoiaram de forma direta ou indireta para a realização de meus sonhos, dentre eles a conclusão do mestrado e o início do doutorado.

No meio da confusão, encontre a simplicidade. A partir da discórdia, encontre a harmonia. No meio da dificuldade reside a oportunidade.

(Albert Einstein)

RESUMO

O valor justo pode ser mensurado de forma subjetiva dependendo do item avaliado nas demonstrações contábeis, o que pode ocasionar distorções na avaliação dos stakeholders ao analisar as demonstrações contábeis, caso a informação esteja evidenciada de forma clara e objetiva. Para contribuir com este tema, o presente trabalho tem como objetivo verificar quais as evidenciações da mensuração do valor justo e as alusões nos pareceres de auditoria, apresentadas pelas empresas de construção e engenharia listadas na BM&FBovespa, em referência ao CPC 46. Com abordagem qualitativa, esta pesquisa teve caráter descritivo, para atender o objetivo do estudo, teve como base documental as notas explicativas e os pareceres de auditoria publicados por 37 entidades do subsetor de construção e engenharia listadas na BM&FBovespa. Dentre os resultados encontrados, após ser elaborado um check-list do CPC 46, destaca-se que as empresas analisadas mensuram alguns ativos, passivos e instrumentos de capital a valor justo, principalmente os ativos e passivos financeiros identificados em sua maioria como investimentos e contas a pagar. Observou-se que 20 entidades classificam os itens mensurados a valor justo em relação ao nível de hierarquia de informação, em que a maioria das classificações encontram-se no nível 2. Em relação aos pareceres de auditoria, possuem a auditoria independente com as empresas de auditoria classificadas como Big Four, a maioria dos pareceres foram emitidos sem ressalvas e não são feitas alusões em relação a mensuração do valor justo das empresas auditadas, apenas é dada ênfase quanto ao método de avaliação de investimento que difere no padrão IFRS. Conclui-se que, na forma de evidenciação do valor justo, as empresas ainda estão em processo de adequação ao CPC 46, que necessitam de evidenciação mais específica sobre o assunto e que os pareceres de auditoria assemelham-se em seu conteúdo, não trazendo informações relevantes em relação ao valor justo.

Palavras-chave: CPC 46, valor justo, parecer de auditoria.

ABSTRACT

The fair value can be measured subjectively depending on the item in the financial statements evaluated, which can cause distortion in the evaluation of stakeholders to analyze the financial statements, if such information is shown clearly and objectively. To contribute with this topic, this study aims to verify which disclosures of fair value measurement and the allusions in the audit opinions provided by the construction and engineering companies listed on the BM&FBovespa, in reference to the CPC 46. With qualitative approach, this research was descriptive character, to understand the objective of the study, this research has to document base the notes and the audit opinions published of 37 construction and engineering sub-sector companies listed on the BM&FBovespa. Among the results, after being prepared a checklist of CPC 46, it is emphasized that the companies analyzed measure certain assets, liabilities and equity instruments at fair value, mainly financial assets and liabilities identified mostly as investments and accounts payable. It was observed that 20 companies classified items measured at fair value in relation to the fair value hierarchy in that most ratings are at level 2. In relation to audit opinions, have the independent audit with the company audit classified as Big Four, most of opinions were issued without restrictions and are not made allusions regarding of fair value measurement of the audited companies, only emphasis the investment evaluation method that differs from the IFRS. It is concluded that, in the form of disclosure of the fair value, companies are still in the process of adaptation to CPC 46, which require more specific disclosures on the topic and that the audit opinions are similar in content and do not provide information relevant in relation to fair value.

Keywords: CPC 46, fair value, audit opinion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Normas internacionais de contabilidade.....	35
Quadro 2 – Utilização dos padrões IFRS nos países do G20	37
Quadro 3 – Lista dos Pronunciamentos Técnicos do CPC em vigor até agosto de 2014.....	38
Quadro 4 – Níveis Hierárquicos de Informação.....	49
Quadro 5 - Normas de Auditoria vigentes.....	52
Quadro 6 – Tipos de pareceres de auditoria	55
Quadro 7 – Empresas por segmentos de atuação no subsetor de construção e engenharia	61
Quadro 8 – <i>Check-list</i> do CPC 46.....	63
Quadro 9 – Empresas de auditoria independente da amostra analisada	72
Quadro 10 – Divulgação do IFRS 13 e CPC 46.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aplicação dos itens de introdução do CPC 46	74
Tabela 2 - Aplicação dos itens do Escopo do CPC 46	76
Tabela 3 - Classificação dos níveis de hierarquia	77
Tabela 4 - Ativos classificados no nível 1 de informação	78
Tabela 5 - Ativos classificados no nível 2 de informação	78
Tabela 6 - Passivos classificados no nível 2 de informação	79
Tabela 7 - Técnicas de avaliação e insumos utilizados	80
Tabela 8 - Transferência de níveis de hierarquia	80
Tabela 9 - Especificações para o nível 3 de hierarquia	81
Tabela 10 - Ativos e passivos não mensurados a valor justo	82
Tabela 11 - Outras evidenciações	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais problemas enfrentados pelas indústrias da construção sob a perspectiva dos empresários no segundo trimestre de 2014.....	60
Figura 2 - Localização geográfica das empresas.....	70

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APB	<i>Accounting Principles Board</i>
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
D.O.U.	Diário Oficial da União
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
IAS	<i>International Accounting Statements</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPC	Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
ITG	Instrução Técnica Geral
N.A.	Não se aplica
N.M.N.	Não menciona nada
NBC PA	Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais de Auditoria
NBC TA	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria
NBC TG	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral
PCGA	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos
PIB	Produto Interno Bruto
SIC	<i>Standing Interpretations Committee</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	27
1.2 OBJETIVOS	29
1.2.1 Objetivo geral	29
1.2.2 Objetivos específicos.....	29
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	29
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	31
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	33
2.1.1 A convergência contábil no Brasil	38
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
2.3 VALOR JUSTO	41
2.3.1 Mensuração	44
2.3.2 Reconhecimento inicial.....	47
2.3.3 Evidenciação	48
2.4 AUDITORIA INDEPENDENTE.....	51
2.4.1 Normas de auditoria	52
2.4.2 Pareceres	54
2.5 AUDITORIA DO VALOR JUSTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	57
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	59
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	59
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	59
3.2.1 Descrição do subsetor de construção e engenharia	60
3.2.2 Seleção da amostra	61
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS ...	62
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA.....	69
4.2 FORMA GERAL DE APRESENTAÇÃO DAS EVIDENCIAÇÕES DO VALOR JUSTO	73
4.3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS EVIDENCIAÇÕES DE ACORDO COM O CAPÍTULO DE INTRODUÇÃO DO CPC 46	74
4.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS EVIDENCIAÇÕES DE ACORDO COM O ESCOPO DO CPC 46	75
4.5 FORMA DE APRESENTAÇÃO DO NÍVEL DE HIERARQUIA DO VALOR JUSTO CONFORME O CPC 46.....	76
4.6 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO DO VALOR JUSTO	79

4.7 CONTEÚDO DOS PARECERES DE AUDITORIA EM RELAÇÃO AO VALOR JUSTO	83
4.8 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	84
5 CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

A adoção pela contabilidade de um padrão universal pode ser justificada com a premissa de que, no atual cenário econômico mundial, a harmonização contábil é necessária para que os relatórios contábeis e econômicos sejam compreensíveis e comparáveis, oferecendo confiabilidade nas informações necessárias para a tomada de decisões (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004; WEFORT, 2005). Além disso, ao facilitar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre empresas situadas em diferentes países, os custos com serviços de elaboração e adequação da informação contábil tendem a diminuir (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004; TAVARES *et al.*, 2010; MAPURUNGA; MENESES; PETER, 2011; SILVA; LOPES, 2012).

Esta necessidade deu-se pela globalização dos mercados e pela abertura do mercado de capitais e consequentes investimentos estrangeiros (PRADO, 2013). Contudo, como cada país possui distintas características culturais, sociais e econômicas (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004), acaba adotando métodos de publicação das demonstrações contábeis próprios, “para atender as necessidades específicas da sociedade à qual pertence” (CARMO; RIBEIRO; CARVALHO, 2011, p. 246). Neste contexto, para que os investidores tenham maior credibilidade, comparabilidade e menores riscos no mercado em que estão investindo, faz-se necessária a diminuição das divergências das informações geradas entre os países (MAPURUNGA; MENESES; PETER, 2011; SILVA; LOPES, 2012).

A importância de uma linguagem contábil unificada, para atender a necessidade dos seus usuários, pressionou órgãos internacionais em prol do desenvolvimento e da divulgação de normas e procedimentos que suprissem esta demanda (PONTE *et al.*, 2012). Estas circunstâncias levaram ao surgimento e fortalecimento de órgãos para desenvolver padrões de contabilidade uniformes e de alta qualidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

Dentre os organismos contábeis que surgiram com esta finalidade, pode-se destacar o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), que foi criado nos Estados Unidos da América no ano de 1972 (MOST, 1982) em substituição ao *Accounting Principles Board* (APB) constituído em 1959. Em âmbito internacional, cita-se o *International Accounting Standards Committee* (IASC) criado no ano de 1973 com a participação de órgãos de contabilidade de 10 países e que, no ano de 2001, passou a ser denominado de *International Accounting Standards Board* (IASB) (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

Em termos de responsabilidade, o FASB é o órgão que emite os padrões de contabilidade americanos – *Generally Accepted Accounting Principles* (US-GAAP), enquanto que o IASB é responsável pela emissão dos padrões internacionais de contabilidade (PEREIRA, 2013). Destes, o IASB obteve maior destaque com a emissão dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), uma vez que todas as empresas sediadas nos países-membros da União Europeia estavam obrigadas a divulgar suas demonstrações consolidadas com base nas IFRS a partir de 2005 (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007; IUDÍCIBUS, *et al.*, 2010; PONTE *et al.*, 2012). Esse processo refletiu mundialmente e atualmente quase 130 países, inclusive o Brasil, adotam as IFRS, da mesma maneira que outros estão em processo de adequação à estas normas contábeis (IAS, 2014).

A harmonização contábil deixou de ser apenas útil e tornou-se necessária ao proporcionar maior debate referente aos procedimentos contábeis e essência dos mesmos (ARAÚJO *et al.*, 2013). No Brasil, a aprovação da Lei nº 11.638/07 corresponde uma das principais etapas do processo de convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade (LORENCINI; COSTA, 2012), ficando sob a responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a tradução e adaptação das normas emitidas pelo IASB. Entretanto, antes de 2007 já existiam empresas que evidenciaram nas suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas internacionais. Mas, somente em 2010 houve a obrigação de publicar as demonstrações de acordo com a nova normatização.

Dentre as alterações trazidas pela Lei 11.638/07, destaca-se a mensuração do valor justo (embasada pelo CPC 46) em função do foco desta dissertação, que pode ser definido como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração” (CPC 46, 2012, p. 3). Para Zyla (2009) esta mensuração traz alterações no valor de apresentação de ativos e passivos fazendo com que os investidores requeiram maiores informações para a tomada de decisões com base em relatórios financeiros. No entanto, algumas mensurações podem ser inconstantes o que justifica a necessidade de revisão dos procedimentos de avaliação do valor justo divulgado (MACKENZIE *et al.*, 2013).

Com o propósito de auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a analisar e a tomar decisões, as empresas devem evidenciar as suas políticas e práticas contábeis de forma transparente e confiável, divulgando informações quantitativas e qualitativas (DANTAS *et al.*

2005), o que inclui a compreensão da mensuração do valor justo evidenciado pelas empresas. Para se assegurarem das informações, os usuários utilizam-se da opinião do auditor independente acerca da adequação das demonstrações auditadas em conformidade com as normas contábeis (DUTRA, 2011).

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Dentre as normas contábeis estabelecidas pelo IASB, o IFRS 13 se destaca ao definir as diretrizes para mensurar o valor justo e consequente necessidade em evidenciar a sua aplicação, a qual pode ser subjetiva (BRITO, 2010). Em função do foco desta dissertação, ressalta-se o IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, emitido em 12 de maio de 2011, que define o valor justo, estabelecendo uma estrutura conceitual para mensurar e determinar as exigências necessárias para a sua divulgação. Além destas orientações, o IFRS 13 explica quais os procedimentos que devem ser adotados nas ocasiões em que outras normas do IFRS exigem a mensuração pelo valor justo (IFRS, 2011).

No Brasil, o IFRS 13 foi traduzido e utilizado na elaboração do CPC 46 (CPC, 2012), que define o valor justo como o preço a ser recebido pela venda de um ativo ou o preço a ser pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O objetivo deste pronunciamento técnico é definir valor justo, estabelecendo, em um único pronunciamento técnico, uma estrutura para a sua mensuração e evidenciação (CPC, 2012).

No entanto, com a convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil, para Mendes e Freire (2014) a adoção do valor justo no processo para a mensuração de ativos e passivos fez surgir a possibilidade de as empresas gerenciarem os seus resultados e manipularem as informações contábeis. Ainda que existam normas aprovadas e exigidas por órgãos reguladores, que estabelecem as diretrizes necessárias para a mensuração e divulgação de informações contábeis, as empresas ainda não as atendem na plenitude. Como exemplo disso, Barros *et al.* (2012) observam que as notas explicativas de empresas brasileiras geralmente são superficiais e apresentam informações insuficientes para a compreensão da situação dos ativos, comprometendo o entendimento dos *stakeholders*.

Esse tipo de desprovimento de informação pode ocasionar problemas para os usuários externos da informação contábil. A título de ilustração, Benston (2006) relata o abuso na utilização do cálculo do

valor justo pela empresa Enron, em especial no Nível 3, na qual os seus contadores supervalorizaram projetos para inflar o lucro apurado da companhia, deteriorando as operações e os relatórios dos acionistas.

Assim, para transmitir maior credibilidade e veracidade às informações contidas nos registros contábeis, uma entidade pode utilizar os serviços da auditoria (FRANCO; MARRA, 2001). Estes serviços são destinados principalmente para usuários terceiros, externos à empresa (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002), como por exemplo aos investidores e ao fisco (FRANCO; MARRA, 2001).

Para Dutra (2011), os usuários externos utilizam-se da opinião dos auditores para tomar suas decisões. Esta opinião é resultado das conclusões obtidas durante os serviços de auditoria realizados, que compreende a adequação das demonstrações contábeis pelas empresas auditadas. Estas informações devem noticiar a conformidade da situação econômico-financeira e patrimonial de uma entidade em determinado período (SANTOS *et al.*, 2009).

Espera-se que os serviços de auditoria garantam credibilidade, uma vez que a falta de qualidade dos relatórios pode comprometer a confiança por parte dos usuários nas demonstrações contábeis (SANTOS; GRATERON, 2003). Deste modo, o auditor independente realiza um serviço estabelecido por normas de auditoria como condição a ser cumprida por empresas com características específicas (DUTRA, 2011).

Para delimitar a abrangência da pesquisa, esta dissertação tem como foco as notas explicativas e os pareceres dos auditores independentes divulgados pelas companhias listadas no subsetor de construção e engenharia da Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). A escolha por este conjunto de empresas deve-se à representatividade socioeconômica do setor de construção e engenharia no cenário brasileiro.

De acordo com o Anuário Estatístico da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (2012), somente no ano de 2011 o setor de construção e engenharia possuía mais de 2,5 milhões de empregos gerados no mercado formal e uma taxa média de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) anual de 3,6%. Contudo, os dados de junho de 2014 da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam uma diminuição no número de empregados e deterioração da situação financeira deste setor (CNI, 2014).

Diante deste contexto, verificando-se a obrigatoriedade das empresas listadas na BM&FBovespa em divulgar suas informações contábeis em conformidade com as normas vigentes, ao mesmo tempo

em que existem relatos de baixa qualidade da divulgação dessas informações, este estudo se propõe a responder à seguinte questão problema: *Quais as evidenciações da mensuração do valor justo e as alusões nos pareceres de auditoria publicados pelas empresas de construção e engenharia listadas na BM&FBovespa, em referência ao CPC 46?*

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção, com a finalidade de responder ao problema formulado, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é verificar quais as evidenciações da mensuração do valor justo e alusões nos pareceres de auditoria publicados pelas empresas de construção e engenharia listadas na BM&FBovespa, em referência ao CPC 46.

1.2.2 Objetivos específicos

Para auxiliar no cumprir o objetivo geral, são apresentados alguns objetivos específicos:

- a) Verificar se as empresas analisadas seguem o disposto no CPC 46;
- b) Investigar como as empresas analisadas evidenciam as informações sobre o valor justo;
- c) Averiguar nas notas explicativas os ativos e passivos que mais tiveram menção a ajustes;
- d) Analisar o conteúdo dos pareceres de auditoria em referência ao valor justo.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Este estudo justifica-se, primeiramente, pela sua relevância científica nos aspectos referentes à avaliação do valor justo pelas companhias do subsetor de construção e engenharia listadas na BM&FBovespa, o qual tem representatividade socioeconômica com empregabilidade de milhões de pessoas no Brasil e atualmente enfrenta problemas financeiros (ABRASCA, 2014; CNI, 2014). Especificamente,

é realizada uma investigação sobre a evidenciação da mensuração do valor justo pelas companhias e sua confrontação com as informações contidas nos pareceres de auditoria independente.

Problemas podem ocorrer com o abuso na utilização do cálculo do valor justo, em especial no Nível 3. Benston (2006) expõe o caso da Enron, no qual os seus contadores supervalorizaram projetos para inflar o lucro apurado da companhia, deteriorando as operações e os relatórios dos acionistas. O mesmo autor ainda critica a falta de trabalhos que descrevam o abuso e a forma enganadora que a utilização do valor justo não fundamentado pode apresentar.

No Brasil, o problema encontrado por Barros *et al.* (2012) está na divulgação do valor justo, em que as notas explicativas geralmente são superficiais, fazendo com que as informações sejam insuficientes para a compreensão da situação dos ativos, comprometendo a compreensão dos *stakeholders*. Os mesmos autores destacam a relevância em pesquisar os impactos do valor justo na mensuração dos ativos de empresas de diferentes segmentos econômicos.

Em termos de relevância, estudos desta temática são defendidos por Iudícibus e Martins (2007), em referência à necessidade de se comprovar o interesse e a utilidade para os usuários das demonstrações, antes de substituir os métodos tradicionais. Por sua vez, Christensen, Glover e Wood (2013) sugerem que os relatórios financeiros e os padrões de auditoria sejam alterados para gerar mais transparência e clareza no nível de incerteza das estimativas contábeis, nas quais se inclui o valor justo.

Contudo, Iudícibus e Martins (2007, p.17) lembram da necessidade de se considerar “a viabilidade, a praticabilidade e o custo da obtenção dessas informações, eventuais problemas estratégicos derivados da sua produção e divulgação pelas entidades, bem como a viabilidade, objetividade e o custo de sua auditoria”.

Outro fator importante refere-se aos estudos acadêmicos na perspectiva do IFRS 13 e do CPC 46, que ainda são incipientes. Como a adoção das IFRS pelas empresas brasileiras é recente e a obrigatoriedade do atendimento ao CPC 46 aplica-se às demonstrações contábeis emitidas a partir de 1º de janeiro de 2013, é possível que as empresas ainda não estejam preparadas para atender plenamente a essa norma.

Ademais, quanto ao tema, problema e objetivos, este estudo não tem a intenção de servir como uma guia para a aplicação do CPC 46 pelas companhias brasileiras ou esgotar a discussão sobre o tema. Tem-se a expectativa de permitir uma reflexão, tanto para pesquisadores

como para os usuários das demonstrações contábeis e até mesmo para as próprias companhias, sobre a qualidade da evidenciação da mensuração do valor justo.

Este estudo destaca-se pela importância em contribuir com os aspectos relacionados tanto à evidenciação da mensuração do valor justo quanto à qualidade do parecer emitido pelo auditor independente. Além disso, pode beneficiar e nortear as empresas do setor de construção e engenharia ao evidenciarem a mensuração de seus ativos e passivos ao valor justo.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura desta dissertação é dividida em capítulos. No primeiro capítulo encontra-se a introdução, que é composta pela contextualização do tema da pesquisa, o desenvolvimento do problema, a apresentação dos objetivos que norteiam o prosseguimento deste trabalho e a justificativa para a realização da pesquisa.

Em seguida, no segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica, que aborda temas como as normas internacionais de contabilidade, o valor justo, a auditoria independente e a auditoria do valor justo nas demonstrações contábeis.

No terceiro capítulo são descritos os procedimentos metodológicos adotados para se alcançar o objetivo proposto e responder o problema apresentado. Além de apresentar as características da pesquisa, também são relatadas todas as etapas de coleta e análise dos dados.

Na sequência, o quarto capítulo apresenta os dados coletados em conjunto com o desenvolvimento das análises.

No quinto capítulo são descritas as conclusões do trabalho e sugestões para trabalhos futuros. Após isso como são listadas as referências que sustentam essa dissertação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo é apresentada a revisão teórica desta pesquisa, com o intuito de dar suporte à realização do estudo. No primeiro tópico é apresentada a estrutura das normas internacionais de contabilidade, abordando um breve histórico, justificativas para a adoção de um padrão contábil internacional e, também, aspectos de como a convergência contábil aconteceu no Brasil.

Em seguida, no segundo tópico são abordadas as demonstrações contábeis com os seus objetivos, finalidades e estrutura adotada para empresas brasileiras.

O terceiro tópico abrange o valor justo e as suas denominações. Além da aplicação do IFRS 13 e do CPC 46, são apresentadas a forma de mensuração, reconhecimento inicial e as evidenciações pertinentes ao valor justo.

Por conseguinte, o quarto tópico compreende os conceitos de auditoria independente e as suas finalidades, bem como as normas aplicáveis a este tipo de auditoria e os possíveis pareceres que podem ser emitidos pelos auditores independentes.

Por fim, o quinto e último tópico aborda a auditoria do valor justo nas demonstrações contábeis, trazendo estudos que abordaram a sua importância e impacto que pode causar a má aplicação da auditoria nesta área.

2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A procura pela uniformização contábil no Reino Unido e nos Estados Unidos começou no final do século XIX em resposta à competição acirrada das indústrias, que não tinham um padrão contábil (MOST, 1982). A comparação dos relatórios contábeis emitidos em países diferentes traz benefícios aos usuários destas informações para interpretá-los com maior coerência. Para isso, o processo de convergência contábil objetiva a integração das práticas contábeis entre os países de acordo com a necessidade da informação contábil de seus usuários (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, Beck *et al.* (2012) referem o processo de harmonização das demonstrações contábeis como um auxílio aos gestores, investidores e analistas financeiros para utilizarem dados transparentes e homogêneos ao comparar os dados e resultados das entidades analisadas.

Com a globalização, a queda das barreiras comerciais entre os países e, mais recentemente, a reação à crise econômica financeira

global (MIRZA; HOLT, 2011) ocorreu a necessidade em ter uma padrão internacional de contabilidade. Isto corrobora com o estudo de Fabiano (2012) que reitera que esta convergência é estimulada pela integração dos mercados de capitais mundiais, com motivações decorridas por imposições legais das indicações institucionais das nações, dos incentivos concedidos para as empresas e das atitudes voluntárias de adoção das normas internacionais.

Para Mirza e Holt (2011), a adoção dos IFRS pelas entidades é bem vista pelos investidores, credores, analistas financeiros e outros usuários dos relatórios financeiros emitidos, pois requer maior qualidade, transparência e comparabilidade das informações a serem analisadas. A contabilidade é uma profissão internacional em que os relatórios financeiros são preparados em uma ordem jurídica e são usados como informações para tomada de decisões de investimentos (MOST, 1982).

Existem alguns benefícios para as entidades adotar o IFRS como base para emissão de seus relatórios. Fabiano (2012) destaca que os principais benefícios para esta convergência são a redução da assimetria da informação, um mercado mais eficiente e o aumento do grau de comparabilidade das informações, prevalecendo assim a essência sobre a forma.

Com o objetivo de suprir a necessidade da harmonização das normas internacionais de contabilidade, o IASB emitiu as *Internacional Accouting Statements* (IAS) e a partir de 2003 as denominou como IFRS (PRADO, 2013). Essas representam um conjunto de normas baseadas em princípios e não em regras (MIRZA; HOLT, 2011). As normas internacionais de contabilidade são utilizadas por aproximadamente 130 países que requereram ou permitiram o uso das IFRSs desde 2001 (IASB, 2014), cujo objetivo é unificar a linguagem contábil nas demonstrações contábeis das empresas. O IFRS tem como objetivo promover a integração mundial do mercado de capitais, tratando em uma só linguagem os seus relatórios financeiros (ZYLA, 2009).

Até o momento, em referência à contabilidade internacional, existem 68 pronunciamentos de normas internacionais emitidas pelo IASB, divididas em IAS, *Standing Interpretations Committee* (SIC), *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e IFRS. O Quadro 1 demonstra esta divisão de normas internacionais.

Quadro 1 – Normas internacionais de contabilidade

Norma internacional	Nomenclatura
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras
IAS 2	Estoques
IAS 7	Demonstrações dos Fluxos de Caixa
IAS 8	Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros
IAS 10	Eventos após o Período de Relatório
IAS 11	Contratos de Construção
IAS 12	Impostos sobre a Renda
IAS 16	Imobilizado
IAS 17	Arrendamentos
IAS 18	Receita
IAS 19	Benefícios aos Empregados
IAS 20	Contabilização de Subvenções Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental
IAS 21	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio
IAS 23	Custos de Empréstimos
IAS 24	Divulgações de Partes Relacionadas
IAS 26	Contabilização e Relatório dos Planos de Benefícios de Aposentadoria
IAS 27	Demonstrações Financeiras Separadas
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (<i>Joint Ventures</i>)
IAS 29	Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias
IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação
IAS 33	Lucro por Ação
IAS 34	Relatório Financeiro Intermediário
IAS 36	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
IAS 38	Ativos Intangíveis
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IAS 40	Propriedades para Investimento
IAS 41	Agricultura
SIC 7	Introdução ao Euro
SIC 10	Assistência Governamental - Sem Relação Específica com Atividades Operacionais
SIC 15	Operação de <i>Leases</i> – Incentivos
SIC 25	Impostos sobre o Rendimento – Mudanças na Situação Fiscal de uma Entidade ou de seus Acionistas
SIC 27	Avaliação de Transações Substanciais Envolvendo a Forma Legal de um <i>Lease</i>
SIC 29	Evidenciação - Contratos de Concessão de Serviço
SIC 31	Receita - Transações de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade
SIC 32	Ativos Intangíveis – Custos de <i>Web Site</i>
IFRIC 1	Mudanças em Desativações Existentes, Restaurações e Passivos Similares
IFRIC 2	Ações dos Membros em Entidades Cooperativas e Instrumentos Semelhantes
IFRIC 4	Determinação se um Contrato Contém um <i>Lease</i>
IFRIC 5	Direitos para Interesses Resultantes de Desativações, Restaurações e Reabilitações de Fundos Ambientais

IFRIC 6	Passivos Decorrentes da Participação em um Mercado Específico - Consumo Eletrônico e Equipamentos Eletrônicos
IFRIC 7	Aplicação do Método de Reapresentação Conforme a IAS 29
IFRIC 10	Relatório Financeiro Provisório e <i>Impairment</i>
IFRIC 12	Contratos de Concessão de Serviço
IFRIC 13	Programas de Fidelização de Clientes
IFRIC 14	IAS 19 – O Limite entre a Definição de Ativo Beneficiado, Requisitos de Financiamentos Mínimos e sua Interação
IFRIC 15	Acordos para a Construção de Imóveis
IFRIC 16	<i>Hedges</i> de um Investimento Líquido em uma Operação Estrangeira
IFRIC 17	Distribuição de Ativos Não-Financeiros para Proprietários
IFRIC 18	Transferência de Ativos para Clientes
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Equivalentes
IFRIC 20	Abertura das Informações de Custos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície
IFRIC 21	Arrecadações
FRAMEWORK	Estrutura Conceitual
IFRS 1	Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro
IFRS 2	Pagamento Baseado em Ações
IFRS 3	Combinações de Negócios
IFRS 4	Contratos de Seguro
IFRS 5	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas
IFRS 6	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Divulgações
IFRS 8	Segmentos Operacionais
IFRS 9	Instrumentos Financeiros
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	Negócios em Conjunto
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
IFRS for SMEs	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

Fonte: Adaptado de IFRS (2014) e CPC (2014)

A União Europeia adotou as normas internacionais com maior abrangência em 2005, época em que as empresas passaram a apresentar as demonstrações consolidadas de acordo com as IFRSs (ALMEIDA, 2012). Para Prado (2013), a exigência de instituições internacionais, como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, foi um fator de favorecimento para a adoção das IFRS pelas empresas europeias, as quais deveriam adotar as IFRS em suas demonstrações contábeis para utilizar os serviços financeiros destas instituições.

Atualmente, 20 países do G20 utilizam os padrões do IFRS, alguns desde 2005 e outros ainda estão com o processo de convergência em andamento, conforme demonstrado no

Quadro 2.

Quadro 2 – Utilização dos padrões IFRS nos países do G20

Ano	País	Situação em relação às companhias listadas
2005	África do Sul	Requerido para companhias listadas em bolsa de valores.
2005	Alemanha	Requerido via processo de adoção e implantação pela União Europeia.
2005	Austrália	Requerido para todas as empresas do setor privado e usado como base para as empresas do setor público.
2005	França	Requerido via processo de adoção e implantação pela União Europeia.
2005	Itália	Requerido via processo de adoção e implantação pela União Europeia.
2005	Reino Unido	Requerido via processo de adoção e implantação pela União Europeia.
2005	Turquia	Requerido para companhias listadas em bolsa de valores.
2005	União Europeia	Todos os estados-membros da União Europeia são requeridos a usar as IFRSs como adotadas pela União Europeia para companhias listadas em bolsa de valores.
2007	Estados Unidos	Permitido para empresas estrangeiras.
2008	Brasil	Requerido para demonstrações contábeis consolidadas dos bancos e de companhias listadas em bolsa de valores a partir de 31 de dezembro de 2010 e para demonstrações individuais progressivamente desde janeiro de 2008.
2010	Japão	Permitido para algumas empresas internacionais.
2011	Canadá	Requerido para todas as entidades listadas em bolsa de valores e permitido para demais entidades do setor privado incluindo organizações sem fins lucrativos.
2011	República da Coreia	Requerido desde 2011.
2012	Argentina	Requerido desde 2012.
2012	México	Requerido a partir de 2012.
2012	Rússia	Requerido a partir de 2012.
Em andamento	China	Normas substancialmente convergidas.
Em andamento	Indonésia	Processo de convergência em andamento.
Em andamento	Índia	Convergindo com as IFRSs. Com data a ser determinada.
Em andamento	Arábia Saudita	Requerido para bancos e companhias de seguro. A convergência total para as IFRSs está planejada.

Fonte: IASB (2014)

Observa-se que dentre estes países destaca-se o Brasil, que adotou o IFRS progressivamente desde 2008. Para Iudícibus *et al.* (2010), este processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade foi implementado em duas fases no Brasil, sendo a primeira fase em 2008 com a emissão de 14 CPCs e a segunda fase em

2009 aplicada a partir de 2010 nas demonstrações contábeis nas empresas brasileiras.

2.1.1 A convergência contábil no Brasil

A convergência para as normas internacionais de contabilidade no Brasil, segundo Pessotti (2012), ocorreu no Brasil em duas etapas. A primeira etapa, apontada como norma de transição, iniciou um processo de convergência parcial das demonstrações contábeis do exercício social de 2008, sendo oficializada com a aprovação da Lei nº 11.638/07, com a Medida Provisória nº 449/08 (posteriormente transformada na Lei nº 11.941/09) e com a implementação dos CPC's 01 ao 14, em que se destaca o CPC 13, que contém as orientações necessárias para a adoção inicial dos padrões internacionais. Já a segunda etapa, denominada de adoção plena, foi caracterizada com a emissão de vários outros CPCs, destacando-se o CPC 37 que orienta a adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

A criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi um importante passo dado no Brasil, ficando sob sua responsabilidade a tradução e adaptação das normas emitidas pelo IASB. De acordo com Iudícibus *et al.* (2010), seis entidades não governamentais, sendo elas o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), a BM&FBovespa, com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), emitiram a Resolução nº 1.055/05, criando esse Comitê que é suportado pelo Conselho Federal de Contabilidade, mas possui independência em suas deliberações (Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações).

Desde a emissão do primeiro pronunciamento contábil em 2007, o CPC já emitiu 48 pronunciamentos técnicos. Atualmente, 45 CPCs estão em vigor com a finalidade de manter o padrão contábil, conforme demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 – Lista dos Pronunciamentos Técnicos do CPC em vigor até agosto de 2014

CPC	Pronunciamentos Contábeis	Relação com a Norma Internacional
CPC 00	Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Framework

CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	IAS 36
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis	IAS 21
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IAS 07
CPC 04	Ativo Intangível	IAS 38
CPC 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IAS 24
CPC 06	Operações de Arrendamento Mercantil	IAS 17
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais	IAS 20
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	IAS 39
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado	Não há
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações	IFRS 2
CPC 11	Contratos de Seguro	IFRS 4
CPC 12	Ajuste a Valor Presente	Não há
CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	Não há
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Transformado em OCP 03
CPC 15	Combinação de Negócios	IFRS 3
CPC 16	Estoques	IAS 02
CPC 17	Contratos de Construção	IAS 11
CPC 18	Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IAS 28
CPC 19	Negócios em Conjunto	IFRS 11
CPC 20	Custos de Empréstimos	IAS 23
CPC 21	Demonstração Intermediária	IAS 34
CPC 22	Informações por Segmento	IFRS 8
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 08
CPC 24	Evento Subsequente	IAS 10
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 01
CPC 27	Ativo Imobilizado	IAS 16
CPC 28	Propriedade para Investimento	IAS 40
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IAS 41
CPC 30	Receitas	IAS 18
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	IFRS 5
CPC 32	Tributos sobre o Lucro	IAS 12
CPC 33	Benefícios a Empregados	IAS 19
CPC 34	Exploração e Avaliação de Recurso Minerais	Não editado
CPC 35	Demonstrações Separadas	IAS 27
CPC 36	Demonstrações Consolidadas	IFRS 10
CPC 37	Adoção Inicial as Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IAS 39
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	IAS 32
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	IFRS 7
CPC 41	Resultado por Ação	IAS 33
CPC 42	Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária	Não editado
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41	IFRS 1

CPC 44	Demonstrações Combinadas	Não há
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IFRS 12
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	IFRS 13
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (com Glossário de Termos)	IFRS for SME

Fonte: Adaptado de CPC (2014)

De acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 457/07, a adoção das normas internacionais de contabilidade, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, se tornou obrigatória no Brasil para as companhias abertas a partir do exercício social de 2010 e do exercício anterior para fins comparativos (CVM, 2007).

Para que as pequenas e médias empresas possam adequar-se aos padrões internacionais de contabilidade, por conta de suas particularidades, o CFC aprovou a Resolução CFC n.º 1.255/09, que cria a Norma Brasileira Técnica Geral (NBC TG) 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. E, posteriormente, para atender as microempresas e empresas de pequeno porte, o CFC aprovou a Resolução CFC n.º 1.418/12, a qual estabelece a Instrução Técnica Geral (ITG) 1000 – modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte (CFC, 2013).

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilidade organiza em demonstrações padronizadas os dados referentes à situação patrimonial, financeira e econômica das empresas. A Deliberação CVM n.º 595/09 determina que um conjunto completo de demonstrações contábeis inclua o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado (sendo exigida legalmente ou por um órgão regulador) e as Notas Explicativas (CVM, 2009). Conforme Cruz, Andrich e Mugnaini (2012), tais demonstrações contábeis são exigidas pela Legislação Societária Brasileira, as quais devem ser elaboradas de acordo com o porte da empresa.

Para Mackenzie *et al.* (2013), as demonstrações contábeis tem como objetivo fornecer informações úteis da entidade que as elabora para a tomada de decisões de investidores e credores. Most (1982) sustenta que a preparação das demonstrações contábeis deve proceder a percepção de seus usuários em dois aspectos: i) fornecendo informações

para usuários desconhecidos com vários objetivos de decisões; ii) provendo informações para grupos de usuários específicos que tenham objetivos de decisões conhecidas.

As demonstrações contábeis têm como finalidade evidenciar como está a posição financeira e patrimonial da empresa. Para Iudícibus *et al.* (2010, p. 2), as demonstrações são “um conjunto de informações que deve ser divulgado por uma sociedade por ações representando sua prestação de contas”.

De acordo com Zyla (2009), o objetivo das demonstrações contábeis é providenciar aos *stakeholders* informações sobre os seus ativos líquidos e o desempenho das operações da entidade. Young (2010) menciona que elas apresentam os resultados da atuação da administração na gestão da empresa e a sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados por seus acionistas e financiadores. Para Assing, Avila e Alberton (2010), os acionistas e interessados nas informações financeiras buscam segurança nas demonstrações contábeis divulgados a partir de dados passados com a finalidade de obtenção de retorno financeiro sobre seus investimentos feitos em empresas.

Para que as demonstrações contábeis sejam publicadas no Brasil, devem ser seguidas as orientações específicas de entidades regulamentadoras, dentre elas o CPC. Iudícibus *et al.* (2010) presumem que a aplicação dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC garante às demonstrações contábeis a adequação necessária para que os relatórios sejam interpretados, comparados e analisados por usuários interessados, mesmo de outros países.

Há tempos que a preparação das demonstrações contábeis de acordo com o IFRS é debatida por seus conhecedores em relação à sua relevância, transparência e utilidade para a tomada de decisão de acordo com o IFRS (MACKENZIE *et al.*, 2013). Para esses autores, as mensurações de ativos e passivos incluem custos históricos, as aproximações aos valores econômicos correntes, dentre eles o valor justo.

2.3 VALOR JUSTO

Ao trazer o valor justo para a contabilidade, os relatórios financeiros para a tomada de decisões ficam mais próximos da realidade das entidades. Zyla (2009) defende que o valor justo representa a posição financeira da entidade e fornece maior relevância para os usuários destas informações financeiras e patrimoniais. Mas o valor

justo nem sempre teve esta nomenclatura. Martins (2008) afirma que antes mesmo de haver grandes discussões sobre este assunto, já era chamado de ‘valor a mercado’ e que “avaliar a mercado é dar uma transparência muito forte e muito rápida”. Porém “nem sempre o preço de mercado refletirá o valor justo” (BRITO *et al.* 2014, p. 196) pois, para estes mesmo autores, se este mercado não for ativo poderá não representar informações reais.

Most (1982, p. 233) define o valor justo como “um preço em que uma propriedade pode mudar de ‘mãos’ entre um comprador e um vendedor interessado, informado e independente”. Iudícibus e Marion (2001) caracterizam o valor justo como a importância pelo qual um ativo poderia ser transacionado entre um comprador disposto e conhecedor do assunto e um vendedor também disposto e conhecedor do assunto em uma transação sem favorecimento. Em complemento à este conceito, Hendriksen e Van Breda (2007) mencionam que é o valor que os investidores estão dispostos a receber com um retorno justo aplicado. Já para a KPMG (2011), o valor justo pode ser definido como “o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre os participantes de um mercado na data de mensuração, ou seja, um preço de saída” que se aplicaria em uma transação entre os participantes do mercado (mercado ativo ou estimado utilizando uma técnica de avaliação).

Em se tratando de normatizações, o CPC 46 (2012, p. 3) define o valor justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração”. O valor justo ainda pode ser definido como um preço de saída baseado no mercado e em uma transação não forçada, sem favorecimentos (IFRS 13, 2011).

O IFRS 13 *Fair Value Measurement* é o resultado do trabalho do IASB e do FASB para desenvolver requisitos comuns para a mensuração e divulgação do valor justo de acordo com as IFRSs e Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos EUA (*Generally Accepted Accounting Principles* - GAAP). Com a emissão em 12 de maio de 2011, este IFRS tem o intuito de suprir as necessidades dos demais IFRSs que contêm orientações limitadas sobre como mensurar o valor justo, tais orientações são inconsistentes e ocasionam a incomparabilidade das informações constantes nas demonstrações contábeis. O IFRS 13, em seu contexto, define valor justo, estabelece uma estrutura conceitual para mensuração do valor justo e determina as evidenciações sobre a mensuração do valor justo (IFRS, 2011). Além

destas orientações, o IFRS 13 explica como mensurar o valor justo quando este é exigido por outras normas IFRS.

Ao ser tratada no Brasil, a mensuração do valor justo teve seu auge com a aprovação do CPC 46 pela Deliberação CVM nº 699/12 e pela Resolução CFC nº 1428/13, no dia 07 de dezembro de 2012, cujo pronunciamento técnico se relaciona com a norma internacional IFRS 13 (CPC, 2012). O objetivo deste pronunciamento técnico é definir valor justo, estabelecer em um único pronunciamento técnico uma estrutura para a sua mensuração e estabelecer as divulgações sobre mensurações (CPC, 2012).

A obrigatoriedade da aplicação do CPC 46 dá-se prospectivamente para as demonstrações contábeis com os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2013, sendo permitida a aplicação anterior a este período, contanto que este fato seja divulgado em nota explicativa. Porém, as exigências de divulgação deste CPC não precisam ser aplicadas em informações comparativas previstas em períodos anteriores da aplicação inicial desta norma (CPC, 2012). Para Barros *et al.* (2012, p. 54) o IFRS 13 “aumenta a transparência da avaliação do valor justo, exigindo divulgações detalhadas sobre valores justos derivados usando modelos”.

O valor justo é uma mudança fundamental na mensuração de ativos e passivos para propósitos de relatórios financeiros, que fez com que os investidores requeressem informações relevantes para suas tomadas de decisão (ZYLA, 2009). Mackenzie *et al.* (2013) apontam que os dados atuais sobre o valor justo são mais fáceis de serem obtidos, porém algumas destas medidas são inconstantes, refletindo a turbulência da economia no mercado de crédito. Para Mendes e Freire (2014, p. 55), o IFRS 13 permite a “liberdade de os gestores a escolherem o nível de avaliação pelo valor justo a ser aplicado em ativos e passivos”. Esta volatilidade justifica a necessidade em revisar os mecanismos pelos quais os valores justos são avaliados e mensurados.

Existem estudos elaborados sobre o valor justo. Dentre eles, Barros *et al.* (2012) demonstraram o impacto do valor justo na mensuração de ativos biológicos causado nas demonstrações contábeis de 2008 a 2010 nas empresas listadas na BM&FBovespa, em que constataram que as notas explicativas são superficiais ao informar os critérios utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. Brito *et al.* (2014) investigaram as peculiaridades práticas em aplicar o CPC 29 (ativos biológicos) na atividade pecuária no Brasil, em que concluíram, em um estudo de caso, que esta atividade é complexa na

aplicação da avaliação do valor justo, sendo este restrito e subjetivo devido à inexistência de cotação no mercado para o ativo em questão.

Mendes e Freire (2014) a relação da governança corporativa com a mensuração do valor justo em bancos comerciais, em que mostraram que a governança corporativa influencia na determinação da avaliação do valor justo de ativos, sendo estes classificados em sua maioria como Nível 1 de informação. O próximo capítulo esclarece sobre a mensuração do valor justo de acordo com o CPC 46.

2.3.1 Mensuração

A mensuração é um método de representar um objeto ou outra percepção (MOST, 1982). Neste contexto, Zyla (2009) descreve que a mensuração do valor justo trouxe algumas modificações na contabilidade em relação à mensuração de ativos e passivos. Isto não significa a criação de uma nova contabilidade, mas tem sido parte dos padrões de relatórios financeiros que se expandiu com grandeza nos últimos anos.

Todos os ativos e passivos devem ser mensurados de alguma forma. Para isso, Hendriksen e Van Breda (2007, p. 304) afirmam que “a mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos relacionados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir uma agregação ou desagregação, quando exigida em situações específicas”.

Zyla (2009) destaca que todas as entidades podem aderir à opção do valor justo e lista alguns exemplos de itens que podem ser avaliados nesta política contábil. Esses itens podem ser ativos e passivos financeiros, compromissos firmados que envolvem instrumentos financeiros e que não podem ser reconhecidos anteriormente, compromissos de empréstimos por escrito, contratos de seguros não classificados como instrumento financeiro que provêm benefícios e não reembolso de dinheiro, garantias não consideradas como ativo financeiro e instrumentos financeiros resultantes de instrumentos derivativos.

Para a KPMG (2011), a mensuração do valor justo aplica-se aos ativos, passivos e instrumentos de capital próprio da entidade que, de acordo com outros IFRSs, são exigidos ou permitidos a serem mensurados pelo valor justo. Os requisitos do CPC 46 (2012) quanto à mensuração e evidenciação não se aplicam às transações de pagamentos baseados em ações (IFRS 2/CPC 10), operações de *leasing* (IAS 17/CPC 06), mensurações que sejam semelhantes com o valor de

mercado, mas não são de valor justo, como valor realizável líquido dos Estoques (IAS 2/CPC 16) ou valor em uso *Impairment* de Ativos (IAS 36/CPC 01) e aos Benefícios dos Empregados mensurados pelo valor justo (IAS 19/CPC 33).

De acordo com o CPC 46 (2012), para mensurar o valor justo, a entidade deve determinar os seguintes quesitos:

- a) O ativo, passivo ou instrumentos de capital próprio específico que estão sendo mensurados;
- b) Para um ativo não financeiro, o maior e melhor uso do ativo e se o ativo é usado em combinação com outros ativos ou em uma base independente;
- c) O mercado em que uma transação normal teria lugar para o ativo ou passivo; e
- d) As técnicas de avaliação apropriadas a serem utilizadas para mensurar o valor justo, as quais devem maximizar o uso de dados observáveis relevantes, minimizar os dados não observáveis e serem consistentes com as que um participante do mercado utilizaria para precificar o ativo ou passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo deve ter a sua mensuração baseada no mercado principal a que estejam dispostos a ser negociados (na ausência de um mercado principal, deverá ser baseado em um mercado mais vantajoso para a negociação), usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar este ativo ou passivo, e não em uma medida específica da entidade. Porém, este mercado poderá ser diferente entre as entidades, dependendo da atividade que a mesma exerce (CPC, 2012).

Para alguns ativos e passivos, as informações ou transações de mercado observáveis poderão estar disponíveis e, para outros, indisponíveis. No entanto, de acordo com o CPC 46, o objetivo da mensuração do valor justo em ambos os casos é o mesmo: estimar o preço destes ativos e passivos na sua venda ou pagamento em condições atuais do mercado sob a perspectiva de um participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Quando o valor de mercado de um ativo ou passivo estiver indisponível para a entidade basear a sua mensuração, o valor justo deve ser mensurado utilizando outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis, incluindo hipóteses acerca de riscos (CPC, 2012).

Para definir o preço do valor justo de um ativo ou passivo não deverão ser levados em consideração os custos de transação, pois estes

podem ser diferentes dependendo de como as entidades celebram esta transação. Dentre estes custos de transação, não incluem os custos de transportes, os quais devem ser considerados no cálculo do valor justo (CPC, 2012).

Para ativos não-financeiros, a entidade deve levar em consideração três aspectos quanto à utilização do ativo que os participantes do mercado consideram para determinar o preço a ser negociado (por exemplo, o local ou o tamanho de uma propriedade): a) características físicas; b) as restrições legais; c) a viabilidade financeira viável em gerar renda suficiente ou fluxos de caixa (tendo em conta os custos de conversão do recurso para o uso) para produzir um retorno de investimento para os participantes de mercado. Em todos estes aspectos, a mensuração do valor justo de um ativo não financeiro deve assumir a sua maior e melhor utilização pelos participantes do mercado, mesmo que esta utilização seja dependente de outros ativos e/ou passivos combinados (CPC, 2012).

Ao mensurar o valor justo nos passivos ou nos instrumentos de capital próprio, a entidade deve pressupor a transferência deste para um participante no mercado em que a) o passivo permaneceria em aberto e este participante fosse obrigado a cumprir a obrigação; e b) o instrumento de capital permanecesse em aberto e o participante do mercado assumisse os direitos e responsabilidades associadas a este instrumento. Dentre estes mercados, destacam-se aqueles em que as informações podem ser observáveis para alguns ativos e passivos, tais como, os mercados de câmbio, mercados de corretagem e mercados não intermediados. Para estas mensurações, a entidade deve sempre maximizar as informações observáveis e minimizar os dados não observáveis, bem como considerar os riscos de não cumprimento destes itens (CPC, 2012).

Se o passivo ou o instrumento de capital estiver vinculado a outros ativos, o valor do preço cotado para a transferência deverá ser calculado com base em um ativo idêntico ou semelhante na data da mensuração e, para tanto, se faz necessário identificar um mercado ativo para este item. Caso este mercado não esteja disponível, podem ser utilizados outros dados observáveis ou até mesmo outra técnica de avaliação, como uma abordagem de renda (ajuste ao valor presente de acordo com o fluxo de caixa futuro) ou uma abordagem de mercado (como a precificação por matriz) (CPC, 2012).

Para passivos financeiros, o valor justo não pode ser menor do que o valor a ser pago à vista, com desconto a partir da primeira data em que o montante poderia ser obrigado a ser pago, por exemplo, um

depósito à vista (CPC, 2012), caso contrário deverá ser aplicado o teste de *Impairment* (CPC 01).

Contudo, Amaral (2014) salienta que existem discussões sobre o valor justo, em que alguns autores não concordam com a sua mensuração. Uma das principais críticas ao valor justo é a dificuldade elencada ao fazer a mensuração, tornando os dados menos confiáveis quando não há um mercado ativo (BOLÍVAR; GALERA, 2012).

2.3.2 Reconhecimento inicial

O reconhecimento inicial de um ativo ou passivo feito pela entidade é o preço de transação dos itens em questão, os quais nem sempre são iguais ao valor justo destes ativos e passivos. De acordo com o CPC 46 (2012), isto pode acontecer em quatro ocasiões específicas: a) transação entre partes relacionadas; b) operação em que o vendedor é obrigado a aceitar um valor menor que o justo (por exemplo, estar em dificuldades financeiras); c) a unidade de contabilização da transação é diferente da unidade de contabilização do ativo ou passivo (por exemplo, uma combinação de negócios); d) o mercado de transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso) de negociação.

Se outro pronunciamento contábil exigir ou permitir que a entidade mensure um ativo ou um passivo inicialmente pelo valor justo e o valor da transação for diferente, a entidade deverá reconhecer o ganho ou a perda nos lucros ou prejuízos, a menos que especifique o contrário no CPC (CPC, 2012).

Para mensurar o valor justo do ativo ou passivo, a entidade pode utilizar uma ou mais abordagens, desde que sejam consistentes. Dentre as abordagens permitidas, o CPC 46 destaca três técnicas de avaliação: 1) abordagem de custo; 2) abordagem de mercado; e 3) abordagem de renda (CPC, 2012). A abordagem de custo é aquela com a indicação de que todos os componentes de custo são considerados. A abordagem de mercado mensura o item avaliado pelas indicações de transações em mercados atuais para os itens similares negociados. A abordagem de renda estima o valor presente da geração de fluxos de caixa futuros da entidade (ZYLA, 2009).

Para alguns casos, somente uma técnica de avaliação será adequada (para itens idênticos); em outros casos, várias técnicas precisarão ser aplicadas (para unidade geradora de caixa). Nestes casos, o valor justo será o mais representativo em todas as circunstâncias (CPC, 2012). No entanto, o valor de mercado nem sempre está disponível para o ativo ou passivo a ser avaliado. Por este motivo,

“resolveu-se ampliar o conceito, aplicando certos modelos matemáticos e valores calculados estatisticamente (...) e ainda há a alternativa de usar o conceito de fluxo de caixa descontado” (MARTINS, 2008).

Caso seja alterada a técnica de avaliação do valor justo dos ativos, passivos e instrumentos de capital próprio, deverão ser seguidas as normativas constantes na IAS 8/CPC 23 – mudança de política contábil, estimativa e erros (CPC, 2012).

2.3.3 Evidenciação

As demonstrações contábeis, por si só, não conseguem fornecer todas as informações necessárias para a tomada de decisão de seus usuários. Com base nisso, as evidenciações devem oferecer informações que tenham em seu conteúdo os métodos e políticas contábeis, suposições e estimativas, informações adicionais para que os usuários possam consultar valores, tempestividades e incertezas das estimativas contidas nos relatórios financeiros (ZYLA, 2009). A evidenciação tem a sua importância ao disponibilizar as informações empresariais necessárias para a tomada de decisão dos *stakeholders*, possibilitando uma análise da real situação econômico-financeira da empresa em questão (JACQUES; RASIA; OTT, 2012). Sendo assim, Araújo *et al.* (2013, p. 34) afirmam que “é através do processo de evidenciação das informações que é possível se obter dados sobre a performance e desempenho da entidade para com seu patrimônio”.

Em referência ao valor justo, as evidenciações das entidades devem fornecer informações que contribuam com a análise dos usuários das demonstrações contábeis (CPC, 2012). Ao identificar os ativos e passivos mensurados a valor justo nas demonstrações contábeis após o reconhecimento inicial, os usuários precisam saber as técnicas de avaliação e as informações utilizadas pelas entidades para fazer as mensurações. Além disso, o CPC 46 (2012, p. 18) orienta que a entidade deve divulgar:

- (a) para ativos e passivos que sejam mensurados ao valor justo de forma recorrente ou não recorrente na demonstração da posição financeira após o reconhecimento inicial, as técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver essas mensurações.
- (b) para mensurações do valor justo recorrentes que utilizem dados não observáveis significativos (Nível 3), o efeito das mensurações sobre os

lucros e perdas ou outros resultados abrangentes para o período.

Para tanto, a entidade deve considerar o nível de detalhe necessário para satisfazer os requisitos de divulgação, a quantidade de ênfase e agregação (ou desagregação) a ser empreendida nos requisitos e as informações adicionais que os usuários das demonstrações necessitariam para avaliar as informações quantitativas divulgadas (CPC, 2012).

O valor justo de um ativo, passivo ou instrumento de capital deverá ser classificado entre os Níveis de hierarquia 1, 2 ou 3, dependendo da informação constante para mensurar este valor justo. No Quadro 4 demonstram-se as especificações de cada Nível.

Quadro 4 – Níveis Hierárquicos de Informação

Nº	Descrição	Características
1	Informações Confiáveis	Valores cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos que a entidade possa acessar na data da mensuração. Esta cotação fornece a evidência mais confiável do valor justo e deve ser utilizada sem ajustes para a mensuração.
2	Informações sujeitas à ajustes	Valores incluídos no Nível 1, porém cotados direta ou indiretamente em mercados ativos referente aos ativos e passivos similares (ou mercados não ativos para ativos e passivos idênticos). Tais cotações podem ser utilizadas com pequenos ajustes no momento da mensuração.
3	Informações Subjetivas	As informações contêm variáveis não observáveis para o ativo ou passivo. Estas variáveis devem ser utilizadas para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estiverem disponíveis em situações em que não há ou há pouca atividade de mercado para o ativo ou passivo a ser mensurado.

Fonte: Adaptado de CPC 46 (2012)

Tendo como base o Quadro 4, Mendes e Freire (2014) salientam que não existe discricionariedade no Nível 1 de hierarquia de informação em razão de os preços serem cotados, no entanto os Níveis 2 e 3 são suscetíveis a ajustes nos preços o que permite ser discricionários. Para fazer esta classificação dos ativos e passivos por níveis de informação, a entidade deve determinar a classe de cada um deles, com base na natureza, características e riscos. A quantidade de classes pode ser maior na mensuração do valor justo de Nível 3, pois o grau de incerteza e subjetividade é maior. Assim, quanto maior a proporção de ativos e passivos classificados no Nível 1, menores são as chances de manipulação de resultados (MENDES; FREIRE, 2014).

No entanto, a entidade precisa fornecer informações suficientes que permitam a reconciliação dos valores apresentados no Balanço Patrimonial (IFRS 13, 2011). Para Laghi *et al.* (2012) os princípios de hierarquia permitem maior compreensão dos dados contábeis, mas ainda há a problemas com subjetividade na estimativa do valor justo. Ao classificar as informações em níveis hierárquicos, Zyla (2009) salienta que mais de uma informação pode ser usada para a mensuração. Nestes casos as informações podem estar classificadas em níveis diferentes.

De acordo com o CPC 46 (2012), para cada classe de ativos e passivos mensurados a valor justo a entidade deverá divulgar as seguintes informações após o reconhecimento inicial:

- a) as mensurações do valor justo no final do período em análise e as suas respectivas razões;
- b) os níveis da hierarquia de valor justo;
- c) os valores, as razões e as políticas adotadas para as transferências efetuadas entre Nível 1 e Nível 2 da hierarquia;
- d) descrições das técnicas de avaliação e os dados utilizados na mensuração do valor justo para as mensurações categorizadas no Nível 2 e Nível 3 da hierarquia;
- e) para as mensurações categorizadas no Nível 3: i) as informações quantitativas sobre as contribuições significativas não observáveis utilizadas na mensuração; ii) uma reconciliação dos saldos iniciais e finais; iii) divulgação separada das alterações durante o período sobre: ganhos ou perdas totais reconhecidos no resultado do período ou nos resultados abrangentes, operações de compras, vendas, emissões e liquidações; iv) os montantes de quaisquer transferências feitas no Nível 3 da hierarquia e as suas razões e políticas; v) uma descrição dos processos de avaliação utilizados pela entidade caso as mensurações de ativos não financeiros sejam diferentes do seu maior e melhor uso, divulgar esse fato juntamente com o motivo deste ativo estar sendo usado de tal maneira.

Todos os fatos acima devem ser apresentados em divulgações quantitativas em um formato tabular, a menos que outro formato seja mais adequado para tais evidenciações (IFRS 13, 2011). No entanto, Skoda e Bilka (2012) afirmam que a mensuração a valor justo é suscetível a manipulação de preços que podem fazer com que as empresas repassem informações enganosas à seus usuários. Assim,

Jacques, Rasia e Ott (2012) enfatizam que a evidenciação dos aspectos subjetivos podem demonstrar uma diferenciação da empresa analisada em relação aos seus concorrentes. Neste sentido, para que o usuário da informação contábil tenha segurança de que as demonstrações contábeis estão elaboradas e evidenciadas adequadamente e obedecendo as normas contábeis vigentes, as empresas utilizam-se dos serviços de auditoria (FRANCO; MARRA, 2001).

A relação do profissional com a entidade para a realização da auditoria nas ações e eventos econômicos pode ser classificada como: (i) auditoria independente, (ii) auditoria interna e (iii) auditoria pública (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002; PINHEIRO; CUNHA, 2003; PEREZ JR, 2012). Porém, em decorrência do objetivo desta dissertação, destaca-se a necessidade da compreensão da auditoria independente, que é discutida na sequência.

2.4 AUDITORIA INDEPENDENTE

A auditoria tem o objetivo de validar se os registros contábeis de uma entidade estão em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), oferecendo credibilidade e veracidade às informações nelas contidas (FRANCO; MARRA, 2001; BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002). Entretanto, não é um serviço destinado a quem o contrata, mas para usuários terceiros (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002), como, por exemplo, para os investidores, ao fisco e aos proprietários (FRANCO; MARRA, 2001).

O entendimento da auditoria pelo mundo pode ser encontrado por diversas maneiras (AMORIM, 2012). Pinheiro e Cunha (2003) acreditam que o surgimento e significado do termo têm origem latina (*audire*) e que significa ouvir. Embora seja desconhecida a data de início de sua utilização, acredita-se que o seu surgimento, como especialização da área contábil aconteceu na Inglaterra, no pressuposto que os ingleses o denominaram de *auditing* para “denominar a tecnologia contábil da revisão” (PINHEIRO; CUNHA, 2003, p. 32).

O conceito de auditoria tem se ampliado ao longo do tempo. Para Attie (2011), a auditoria consiste em uma especialização contábil que se dedica aos testes de eficiência e eficácia do controle patrimonial seguidos com a finalidade de expressar uma opinião. Para Franco e Marra (2001, p. 43), a auditoria consiste em uma “técnica contábil através da qual são confirmados os registros procedidos pela contabilidade”.

Dentre as três classificações sobre auditoria apresentadas anteriormente, a auditoria independente tem o objetivo de “emitir uma opinião acerca da adequação das informações constantes nas demonstrações contábeis” (CAMARGO, 2012, p. 27). A emissão desta opinião é regulamentada e exigida pela Lei das Sociedades por Ações (IUDÍCIBUS *et al.* 2010), também denominada de parecer dos auditores independentes ou parecer da auditoria (DUTRA, 2011).

Os auditores desenvolvem um trabalho para avaliar a adequação dos registros contábeis e fornecer aos seus usuários a convicção de que as demonstrações refletem (ou não) a situação patrimonial da empresa (FRANCO; MARRA, 2001). Da mesma forma, Dutra (2011) considera que este serviço tem a finalidade de assegurar aos usuários externos a credibilidade e confiança do processo de evidenciação das informações contábeis, que devem relatar a situação econômico-financeira e patrimonial de uma entidade em determinado período.

Ao auditar as demonstrações contábeis, o auditor deve seguir normas de auditoria para a realização de seus exames. Para Boynton, Johnson e Kell (2002, pg. 74), a aplicação destas normas “estabelece a qualidade do desempenho e os objetivos globais alcançados em uma auditoria de demonstrações contábeis (..) ao avaliar o trabalho do auditor”.

2.4.1 Normas de auditoria

Para Attie (2011), as normas de auditoria são diferentes dos procedimentos, pois estas abordam a qualidade da execução dos trabalhos de auditoria, enquanto que os procedimentos relacionam as ações a serem praticadas pelo auditor. A regulamentação de auditoria é reconhecida no Brasil por meio do CFC e suas normas, que podem ser classificadas em dois grupos: Normas Profissionais de Auditoria e Normas Profissionais Técnicas. No Quadro 5 demonstram-se as normas de auditoria vigentes.

Quadro 5 - Normas de Auditoria vigentes

Norma	Data de Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U)	Descrição
NBC P 1	21/01/1998	Normas profissionais de auditor independente com alterações e dá outras providências.
NBC PA 11	21/02/2011	Revisão externa de qualidade pelos pares.
NBC PA 12	17/12/2013	Educação profissional continuada.

NBC PA 13 (R1)	19/05/2014	Exame de qualificação técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
NBC PA 290 (R1)	28/05/2014	Independência em trabalhos de auditoria e revisão.
NBC PA 291 (R1)	28/05/2014	Independência em outros trabalhos de asseguaração.
NBC TA 01	03/12/2009	Estrutura conceitual para trabalhos de asseguaração.
NBC TA 200	03/12/2009	Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria.
NBC TA 210	03/12/2009	Concordância com os termos do trabalho de auditoria.
NBC TA 220 (R1)	29/01/2014	Controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis.
NBC TA 230	03/12/2009	Documentação de Auditoria.
NBC TA 240	03/12/2009	Responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis.
NBC TA 250	03/12/2009	Consideração de leis e regulamentos na auditoria de demonstrações contábeis.
NBC TA 260 (R1)	29/01/2014	Comunicação com os responsáveis pela governança.
NBC TA 265	03/12/2009	Comunicação de deficiências de controle interno.
NBC TA 300	03/12/2009	Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis.
NBC TA 315	29/01/2014	Identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente.
NBC TA 320	03/12/2009	Materialidade no planejamento e na execução da auditoria.
NBC TA 330	03/12/2009	Resposta do auditor aos riscos avaliados.
NBC TA 402	03/12/2009	Considerações de auditoria para a entidade que utiliza organização prestadora de serviços.
NBC TA 450	03/12/2009	Avaliação das distorções identificadas durante a auditoria.
NBC TA 500	03/12/2009	Evidência de auditoria.
NBC TA 501	03/12/2009	Evidência de auditoria - considerações específicas para itens selecionados.
NBC TA 505	03/12/2009	Confirmações externas.
NBC TA 510	03/12/2009	Trabalhos iniciais - saldos iniciais.
NBC TA 520	04/12/2009	Procedimentos analíticos.
NBC TA 530	04/12/2009	Amostragem em auditoria.
NBC TA 540	04/12/2009	Auditoria de estimativas contábeis, inclusive do valor justo, e divulgações relacionadas.
NBC TA 550	04/12/2009	Partes relacionadas.
NBC TA 560	04/12/2009	Eventos subsequentes.
NBC TA 570	04/12/2009	Continuidade operacional.
NBC TA 580	04/12/2009	Representações formais.

NBC TA 600	04/12/2009	Considerações especiais - auditorias de demonstrações contábeis de grupos, incluindo o trabalho dos auditores dos componentes.
NBC TA 610	29/01/2014	Utilização do trabalho de auditoria interna.
NBC TA 620	04/12/2009	Utilização do trabalho de especialistas.
NBC TA 700	04/12/2009	Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
NBC TA 705	04/12/2009	Modificações na opinião do auditor independente.
NBC TA 706	04/12/2009	Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente.
NBC TA 710	04/12/2009	Informações comparativas - valores correspondentes e demonstrações contábeis comparativas.
NBC TA 720	04/12/2009	Responsabilidade do auditor em relação a outras informações incluídas em documentos que contenham demonstrações contábeis auditadas.
NBC TA 800	04/12/2009	Considerações especiais - auditorias de demonstrações contábeis elaboradas de acordo com estruturas de contabilidade para propósitos especiais.
NBC TA 805	04/12/2009	Considerações especiais - auditoria de quadros isolados das demonstrações contábeis e de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis.
NBC TA 810	04/12/2009	Trabalhos para a emissão de relatório sobre demonstrações contábeis condensadas.

Fonte: Adaptado de CFC (2014)

De acordo com Attie (2011), as Normas Brasileiras Contábeis Profissionais de Auditoria (NBC PA) abrangem a competência técnico-profissional, independência e sigilo, responsabilidade na execução do trabalho, honorários profissionais, guarda da documentação, utilização do trabalho do auditor interno e de especialistas. Já as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA), conforme a Resolução CFC nº 980/03 (CFC, 2003), abordam os “conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade”.

2.4.2 Pareceres

Para Boynton, Johnson e Kell (2002, p. 82), “o parecer do auditor representa o meio formal pelo qual ele comunica as partes interessadas sua conclusão a respeito das demonstrações auditadas”. Enquanto que Attie (1998, p. 67) afirma que “o parecer de auditoria é o instrumento

pelo qual o auditor expressa sua opinião, em obediência às normas de auditoria sobre as demonstrações financeiras”.

No Brasil, os pareceres de auditoria devem seguir os padrões instituídos pela Norma e Procedimento de Auditoria nº 01 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e pela Resolução CFC nº 953/03. A padronização pode reduzir ou eliminar a incerteza inerente à economia, decorrente da falta de informação suficiente para analisar uma empresa (NIYAMA; SILVA, 2008).

A Resolução CFC nº 1.231/09, que aprova a NBC TA 700 - Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, dispõe a respeito da responsabilidade do auditor independente em formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas. Também, aborda a forma e o conteúdo do relatório emitido como efeito da auditoria de demonstrações contábeis, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais (CFC, 2009).

Após a realização do trabalho, com a obtenção de provas e evidências, a emissão do parecer de auditoria deverá refletir o entendimento do auditor sobre os dados analisados de forma padrão e resumida. Conforme a NBC TA200 (CFC, 2009), o parecer emitido pelo auditor independente, deve conter três parágrafos:

- a) O referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores;
- b) O relativo à extensão dos trabalhos, esclarecendo como a auditoria foi executada;
- c) O que expressa a opinião sobre as demonstrações contábeis, após o trabalho concluído.

Segundo Attie (2011), os pareceres podem classificar-se segundo a natureza de opinião que emitem, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 – Tipos de pareceres de auditoria

Sem Ressalva	Indica que o auditor independente está afirmando que as demonstrações contábeis representam fidedignamente a situação patrimonial e financeira da empresa, de acordo com as normas e princípios reconhecidos da contabilidade, deve ser conciso, menciona somente o indispensável, conforme determinado pelas normas de auditoria.
Com Ressalva	Um parecer com ressalva ocorre quando o auditor não consegue evidências que permitam a total comprovação de um ou mais valores nas demonstrações contábeis. Quando um auditor emite um parecer com ressalva, ele deve referir-se, de forma clara, a natureza da ressalva, identificando as consequências que estas podem ter sobre a

	posição patrimonial e financeira do resultado das operações da empresa auditada.
Parecer adverso	Um parecer adverso será emitido quando o auditor verificar que, em sua opinião, as demonstrações contábeis não representam adequadamente a posição patrimonial da empresa. Quando o parecer adverso for emitido, recomenda-se que seja elaborada a explicação das razões que levaram a esse tipo de parecer, normalmente em parágrafo adicional.
Parecer com abstenção de opinião	É adequado quando o auditor não tiver condições suficientes para fundamentar sua opinião acerca das demonstrações contábeis ou pela existência de múltiplas e complexas incertezas que comprometam um número significativo das demonstrações contábeis, identificando as razões da negativa de opinião

Fonte: Adaptado de ATTIE (2011)

Porém, quando existirem evidências de riscos para a continuidade habitual das atividades da empresa auditada, o auditor independente precisará mencionara situação em parágrafo de ênfase no seu parecer. Na prática, um parecer com ressalva também pode conter parágrafos de ênfase, porém as ênfases não indicam que existam ressalvas (DAMASCENA; FIRMINO; PAULO, 2011).

Em casos em que o auditor concluir que é necessária uma modificação em sua opinião após a emissão de seus relatórios, este deverá seguir a Resolução CFC nº1.232/09, que aprovou a NBC TA 705, estabelecendo as normas para as modificações. A modificação de opinião deve acontecer quando o auditor concluir que as demonstrações contábeis apresentam uma distorção relevante ou quando o auditor não conseguir alcançar evidência de auditoria suficiente e adequada para concluir que as demonstrações contábeis, como um todo, não apresentam diferenças relevantes (CFC, 2009).

Ainda segundo a NBC TA 705, quando o auditor verificar que é necessária a modificação de opinião, este deve incluir um parágrafo que contenha a descrição do assunto que originou a modificação. Este parágrafo deve ser apresentado antes do parágrafo de opinião no relatório de auditoria independente.

O parágrafo de ênfase é uma forma que o auditor chama a atenção dos usuários para um elemento divulgado nas demonstrações contábeis que, conforme julgamento do auditor, é essencial para o entendimento dos usuários das demonstrações contábeis. Este deve ser incluído logo após o parágrafo de opinião, com o título de “ênfase” e deve ainda adicionar no parágrafo uma referência clara ao assunto enfatizado (CFC, 2009).

Cabe destacar que a responsabilidade do auditor é apenas apresentar uma opinião sobre as demonstrações contábeis que estão

sendo auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis e devem ser descritas em seus pareceres (DAMASCENA; FIRMINO; PAULO, 2011).

2.5 AUDITORIA DO VALOR JUSTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A fraude contábil é uma das preocupações para a economia mundial, sendo constatada em empresas que até então eram consideradas incorruptíveis, o que tem relação direta com a fragilidade da legislação contábil e fiscal (ASSING; AVILA; ALBERTON, 2010). Para estes mesmos autores, as técnicas de auditoria auxiliam a detectar as distorções e melhorar os controles patrimoniais das empresas.

A literatura apresenta estudos de auditoria sobre a mensuração do valor justo. Tais estudos ainda não foram abordados na bibliografia brasileira, mas são citados em estudos dos EUA como os de Benston (2006), Martin, Rich e Wilks (2006), Power (2010) e Christensen, Glover e Wood (2013).

Martin, Rich e Wilks (2006) destacam a necessidade de o auditor entender como a mensuração do valor justo é preparada e as etapas de auditoria, bem como os procedimentos que são necessários para verificar e atestar a mensuração elaborada pelas empresas auditadas. Isto se justifica com o pouco (ou nenhum) treinamento que os auditores possuem em avaliação, necessitando de ajuda de especialistas para compor a auditoria, caso contrário, poderá levar a um relatório de auditoria baseado em julgamentos distorcidos (MARTIN; RICH; WILKS, 2006).

Power (2010) prescreve que o auditor fornece a confiabilidade de que os valores representados nas demonstrações são reais, suportados por metodologias de avaliação econômica institucionalmente credíveis. Salienta-se ainda que, o valor justo pode ser subjetivo, principalmente, quando são classificados nos níveis hierárquicos de informação 2 e 3 (POWER, 2010).

Em seu estudo sobre o valor justo aplicado na empresa Enron, Benston (2006) acredita que a utilização da mensuração do valor justo dos itens contábeis foi consideravelmente responsável para a falência da empresa, levando em consideração que a maioria dos itens estavam elencados no nível 3 de hierarquia de informação. No que se refere à auditoria independente, os auditores da Arthur Andersen aprovaram os instrumentos contábeis utilizados pelos contadores. Os contadores relataram os fluxos de caixa das operações ao invés dos financiamentos,

encobrendo os exageros e as perdas de valor justo projetados pelos gestores para compensação futura baseada em valores de mercado (BENSTON, 2006).

Em um estudo mais recente, Christensen, Glover e Wood (2013, p. 36) destacam que “a incerteza global inerente nas demonstrações financeiras tem aumentado nas últimas décadas, mas os relatórios relacionados ao nível exigido de auditoria de *assurance* mudaram muito pouco”. Tal subjetividade inclui a mensuração do valor justo que, muitas vezes, pode ser maior que a relevância típica de auditoria adotada. Mesmo com o aumento de complexidade das demonstrações contábeis, “os auditores são obrigados a fornecer uma garantia razoável, definido em normas de auditoria como ‘alta garantia’ que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes” (CHRISTENSEN; GLOVER; WOOD, 2013, p. 36).

Contudo, vale destacar que estas contribuições não representam afirmações sobre o tema de pesquisa deste trabalho. Apenas demonstram a direção que as empresas podem seguir em relação ao valor justo e a sua possível alusão nos pareceres de auditoria, que podem auxiliar nas análises necessárias para responder o problema em questão.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo aborda a metodologia empregada nesta pesquisa, o qual divide-se em enquadramento metodológico, população e amostra e os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Ao se tratar de enquadramento metodológico, esta pesquisa é classificada com o objetivo descritivo. Richardson (2012) fundamenta que o objetivo é descrever as características de um fenômeno ou analisa a distribuição de determinados atributos.

Da mesma forma que, na visão de Raupp e Beuren (2008), este tipo de pesquisa tem o significado de identificar, relatar e comparar aspectos ou comportamentos de determinada população, sem a interferência do pesquisador. No entanto, esta pesquisa é recente em seu campo estudado, trazendo como temática a evidenciação do valor justo em empresas brasileiras pertencentes à amostra, bem como a alusão dos pareceres de auditoria. Assim, faz-se a descrição da realidade do objeto de estudo.

Para oferecer a sustentação teórica, o procedimento de pesquisa dá-se por meio de pesquisa documental. A técnica de pesquisa documental é realizada analisando-se dados secundários que envolvem as demonstrações contábeis divulgadas nas páginas eletrônicas de organismos reguladores das empresas estudadas. Para tanto, Raupp e Beuren (2008) enfatizam a sua importância em relação à organização de informações dispersas para serem consultadas posteriormente, à medida que Gil (2010) destaca a existência de uma série de vantagens neste tipo de pesquisa, como a riqueza e estabilidade de dados.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é classificada qualitativa ao ser uma forma de compreender a natureza do fenômeno social que é aplicação do valor justo e a alusão nos pareceres de auditoria (RICHARDSON, 2012). Para Gray (2012), as pesquisas qualitativas são naturalmente contextuais e abertos a várias interpretações consistentes da população analisada.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para a seleção da população e amostra desta pesquisa, foram selecionadas as empresas que estão listadas na BM&FBovespa no

subsetor de Construção e Engenharia do setor de Construção e Transporte.

3.2.1 Descrição do subsetor de construção e engenharia

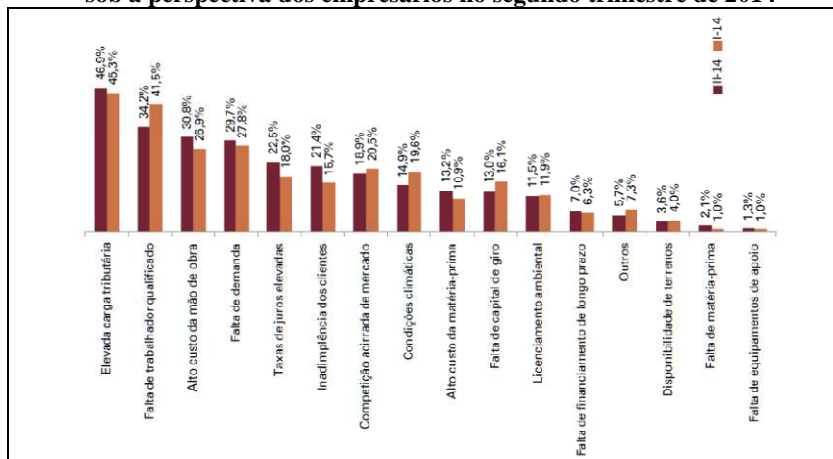
A escolha deste subsetor justifica-se pela importância socioeconômica. Conforme o Anuário Estatístico da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (2012), somente em 2011 o setor de construção e engenharia gerou mais de 2,5 milhões de empregos no mercado formal e uma taxa média de crescimento do PIB anual de 3,6%. Entretanto, o setor reduziu o ritmo de crescimento em 2012, devido à expansão das construções imobiliárias entre 2008 e 2011, que pressionou os custos ao longo de 2012, aumentando os preços dos materiais da mão de obra (ABRASCA, 2014).

Em junho de 2014 a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou o informativo de Sondagem Indústria da Construção, em que o nível de atividade diminuiu 1,3 pontos somente no mês de junho em comparação com maio. Da mesma forma, o número de empregados também apresentou queda de 1 ponto em junho em comparação a abril, havendo falta de mão de obra qualificada (CNI, 2014).

Conforme demonstrado na

Figura 1, é possível observar os principais problemas enfrentados pela indústria da construção no 2º trimestre de 2014, de acordo com os empresários entrevistados.

Figura 1 – Principais problemas enfrentados pelas indústrias da construção sob a perspectiva dos empresários no segundo trimestre de 2014



Fonte: CNI (2014, p. 7)

Essa constatação evidencia o pessimismo do setor, conforme conclusão da própria CNI (2014, p. 2):

Não há mais entre os empresários o otimismo observado nos anos anteriores. Entre as grandes empresas há expectativa de queda nos novos empreendimentos e serviços, na compra de insumos e matérias-primas e no número de empregados nos próximos seis meses.

Os dados ainda revelam que houve crescimento do primeiro (I-14) para o segundo trimestre (II – 14) de 2014 em se tratando de inadimplência de clientes, elevação das taxas de juros e custo da mão de obra, que fizeram com que a margem de lucro operacional e a situação financeira diminuíssem, enquanto que o preço dos insumos e matéria-prima aumentasse. Salienta-se que estas respostas são sob a perspectiva dos empresários, em que não mencionaram problemas de gestão que foram enfrentados no período analisado.

3.2.2 Seleção da amostra

A seleção da amostra teve como base as empresas que estavam listadas no dia 02 de junho de 2014 no *site* da BM&FBovespa, conforme consulta em seu próprio *site*, descartando a possibilidade de haver mais empresas que poderiam estar listadas após esta data. Assim, foram encontradas 39 empresas neste subsetor.

Como a análise compõem somente os dados contábeis de 2013, destas empresas, foram excluídas a SERGEN e a CONST BETER, tendo em vista que as últimas demonstrações contábeis encontradas no *site* da BM&FBovespa eram de 2010 e 2012, respectivamente, inviabilizando a análise dos dados para esta pesquisa.

Assim, no Quadro 7 apresentam-se as 37 empresas que formam a amostra desta pesquisa, detalhadas por segmentos de acordo com a classificação da BM&FBovespa.

Quadro 7 – Empresas por segmentos de atuação no subsetor de construção e engenharia

SEGMENTO	NOME DE PREGÃO	EMPRESA
Materiais de Construção	CHIARELLI	Cerâmica Chiarelli S.A.
	ETERNIT	Eternit S.A.
	HAGA S/A	Haga S.A. Indústria e Comércio
	PORTOBELLO	Portobello S.A.

Construção Civil	BROOKFIELD	Brookfield Incorporações S.A.
	CONST A LIND	Construtora Adolpho Lindenberg S.A.
	CR2	CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.
	CYRELA REALT	Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend. e Part.
	DIRECIONAL	Direcional Engenharia S.A.
	EVEN	Even Construtora e Incorporadora S.A.
	EZTEC	Ez Tec Empreend. E Participações S.A.
	GAFISA	Gafisa S.A.
	HELBOR	Helbor Empreendimentos S.A.
	JHSF	JHSF Participações S.A.
	JOAO FORTES	João Fortes Engenharia S.A.
	MRV	MRV Engenharia e Participações S.A.
	PDG REALT	PDG Realty S.A. Empreend. e Participações
	RODOBENS IMOB	Rodobens Negócios Imobiliários S.A.
	ROSSI RESID	Rossi Residencial S.A.
	TECNISA	Tecnisa S.A.
	TGLT	TGLT S.A.
	TRISUL	Trisul S.A.
	VIVER	Viver Incorporadora e Construtora S.A.
Construção Pesada	AZEVEDO	Azevedo & Travassos S.A.
	LIX DA CUNHA	Construtora Lix da Cunha S.A.
	MENDES JR	Mendes Junior Engenharia S.A.
	SULTEPA	Construtora Sultepa S.A.
Engenharia Consultiva	SONDOTECNICA	Sondotecnica Engenharia de Solos S.A.
	TECNOSOLO	Tecnosolo S.A.
Serviços Diversos	ALTUS	Altus Sistemas de Automação S.A.
	CONTAX	Contax Participações S.A.
	CSU CARDYST	CSU Cardsystem S.A.
	DTCOM-DIRECT	DTCOM - Direct to Company S.A.
	MILLS	Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
	VALID	Valid Soluções e Serv. Seg. Meios Pag. Ident.
Intermediação Imobiliária	BR BROKERS	Brasil Brokers Participações S.A.
	LOPES BRASIL	LPS Brasil Consultoria De Imóveis S.A.

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Destaca-se que a empresa SERGEN apresentou um parecer com ressalva em 2010, em que vários pontos foram apontados pelo auditor como base para o seu parecer com ressalva. Já a empresa CONST BETER estava em fase de recuperação judicial em 2012.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa se desenvolveu em duas etapas: a coleta de informações sobre o valor justo nas notas explicativas das empresas e a coleta de informações sobre o valor justo que foi evidenciado nos pareceres de auditoria. Isso para posterior relação entre as informações encontradas.

Ao elaborar o constructo da coleta de informações sobre o valor justo nas notas explicativas, foi elaborado um *check-list* do CPC 46 para servir como base na organização das informações obtidas. Este *check-list* é demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 – Check-list do CPC 46

INTRODUÇÃO					
Obrigação	SIM	NÃO	N.A.	N.M.N.	Observação
Teve aplicação do IFRS anterior à 2013?					
Se sim, foi divulgado este fato?					
O valor justo é aplicado em ativos?					
O valor justo é aplicado em passivos?					
O valor justo é aplicado em instrumentos de capital?					
ESCOPO					
Obrigação	SIM	NÃO	N.A.	N.M.N.	Observação
A empresa mensura a valor justo as transações de pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 46?					
A empresa mensura a valor justo as operações de <i>leasing</i> de acordo com o CPC 46?					
A empresa mensura a valor justo os estoques de acordo com o CPC 46?					
A empresa mensura a valor justo o valor em uso para <i>impairments</i> de acordo com o CPC 46?					
A empresa mensura o plano de ativos (benefícios a empregados) de acordo com o CPC 46?					
A empresa mensura o plano de benefícios de aposentadoria de acordo com o CPC 46?					
HIERARQUIA					
Obrigação	SIM	NÃO	N.A.	N.M.N.	Observação
O valor justo é classificado em níveis?					
Há ativos são classificados no Nível 1?					
Há passivos são classificados no Nível 1?					
Há instrumentos de capital são classificados no Nível 1?					
Há ativos são classificados no Nível 2?					
Há passivos são classificados no Nível 2?					
Há instrumentos de capital são classificados no Nível 2?					
Há ativos são classificados no Nível 3?					
Há passivos são classificados no Nível 3?					
Há instrumentos de capital são classificados no Nível 3?					

EVIDENCIAÇÃO					
Obrigação	SIM	NÃO	N.A.	N.M.N.	Observa�o
São evidenciadas as técnicas de avalia�o utilizadas para desenvolver as mensura�es dos ativos?					
São evidenciadas as técnicas de avalia�o utilizadas para desenvolver as mensura�es dos passivos?					
Para a mensura�o do valor justo utilizando informa�es de Nível 3 � evidenciado o efeito sobre o lucro ou a perda ou outro rendimento integral do período?					
Para mensura�es recorrentes (comuns) � divulgada a mensura�o no final do período em análise?					
Para mensura�es não-recorrentes são divulgadas as razões para a mensura�o?					
Foram feitas transferências de níveis 1 e 2 de hierarquia?					
Se sim, foram divulgados os valores?					
Se sim, foram divulgadas as razões para esta transferência?					
Se sim, foram divulgadas as políticas para esta transferência?					
Para a mensura�o classificada em nível 2, foi evidenciada a descri�o da técnica de avalia�o utilizada?					
Para a mensura�o classificada em nível 3, foi evidenciada a descri�o da técnica de avalia�o utilizada?					
Foram feitas transferências de níveis 2 e 3 de hierarquia?					
Se sim, foram divulgadas os motivos para esta transferência?					
Para a mensura�o classificada em nível 3, foram fornecidas informa�es quantitativas sobre as contribui�es significativas não observáveis utilizados na mensura�o?					
Para a mensura�o classificada em nível 3, foi feita a reconcilia�o dos saldos de abertura para os saldos finais de ganhos ou perdas totais para o período reconhecido no resultado?					
Para a mensura�o classificada em nível 3, foi feita a reconcilia�o dos saldos de abertura para os saldos finais de ganhos ou perdas totais para o período reconhecido em outros resultados abrangentes?					
Para a mensura�o classificada em nível 3, foram evidenciadas as compras, vendas, emissões e liquida�es?					

Para as transferências para dentro ou fora do nível 3, foram divulgadas os montantes?					
Para as transferências para dentro ou fora do nível 3, foram divulgadas as razões?					
Para as transferências para dentro ou fora do nível 3, foram divulgadas as políticas?					
Para os itens mensurados no nível 3, foram divulgados os montantes dos ganhos ou perdas no período constantes em resultados abrangentes de ganhos ou perdas não realizados?					
Para os itens mensurados no nível 3, foi divulgada a descrição dos processos de avaliação utilizados pela entidade?					
Para os itens mensurados no nível 3, foi divulgada uma descrição narrativa da sensibilidade da mensuração do valor justo a mudanças em variáveis não observáveis, se uma alteração nessas entradas para um valor diferente pode resultar em uma mensuração de valor justo significativamente maior ou menor?					
Para os ativos e passivos financeiros mensurados no nível 3, foram divulgados os possíveis pressupostos alternativos que mudariam o valor justo significativamente?					
Caso o maior e melhor uso de um ativo não financeiro difere do seu uso atual, a entidade divulgou esse fato?					
Se a empresa mensurou o valor justo de um conjunto de ativos e passivos financeiros com base no preço que seria recebido para vender ativo ou pago para transferir um passivo, divulgou este fato?					
Para os ativos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou o nível de hierarquia de informação?					
Para os ativos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou a descrição da técnica de avaliação utilizada?					
Para os ativos não mensurados a valor justo, caso o maior e melhor uso de um ativo não financeiro difere do seu uso atual, a entidade divulgou esse fato?					
Para os passivos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou o nível de hierarquia de informação?					
Para os passivos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou a descrição da técnica de avaliação utilizada?					

Para os passivos não mensurados a valor justo, caso o maior e melhor uso de um passivo não financeiro difere do seu uso atual, a entidade divulgou esse fato?					
São apresentadas divulgações quantitativas em formato tabular para as mensurações do valor justo?					
Se não, qual o formato apresentado?					

Fonte: adaptado de CPC 46 (2011)

A construção do *check-list* limitou-se ao CPC 46, sendo dividido em blocos de acordo com a sua estrutura: (i) introdução, (ii) escopo, (iii) hierarquia e (iv) evidenciação. Para preencher o *check-list*, todos os itens foram classificados de acordo com a aplicação do CPC 46 nas empresas analisadas, podendo ser “sim”, “não”, “n.a” (não se aplica), “n.m.n” (não menciona nada) e, caso necessário, um campo para preenchimento de observações específicas.

Inicialmente foi realizado o *download* dos arquivos das informações financeiras padronizadas do ano de 2013 das empresas da amostra no *site* da BM&FBovespa. Por meio do programa EmpresasNet® esses arquivos foram importados para o programa com o intuito de trabalhar com as informações financeiras.

Com os dados importados no programa, foi possível classificar as empresas de acordo com o seu segmento, ano das demonstrações contábeis, situação do emissor na CVM, localização de cidade, estado e país e se as demonstrações foram consolidadas.

Na sequência, no mesmo programa, foram coletados os dados referentes a auditoria independente. Separando por empresa de auditoria, auditor independente, tipo de parecer e seus principais conteúdos.

Após, foram obtidas as notas explicativas em formato PDF para verificar se as empresas mencionaram em algum momento o termo “IFRS 13” ou “CPC 46”, bem como puderam ser verificadas a mensuração, ou não, do valor justo e quais itens foram mensurados.

Todas as informações referentes ao CPC 46 foram coletadas das notas explicativas das empresas analisadas. Foi realizada a leitura de todas as notas explicativas para então coletar os dados conforme apresentado no *check-list* (Quadro 8).

Estes dados foram tabulados em planilha eletrônica do Microsoft® Excel® separadas para cada empresa. Após o seu preenchimento, os dados de todas as empresas foram agrupados em uma única planilha para cada bloco do *check-list*.

Na última etapa ocorreu a confrontação das informações encontradas no parecer de auditoria independente com o valor justo. Com os pareceres coletados do mesmo programa, foi realizada a sua leitura e verificada a alusão que os auditores atribuíram ao valor justo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados das análises da pesquisa feita em sete blocos: (i) características das empresas de Construção e Engenharia listadas na BM&FBovespa, (ii) forma geral de apresentação das evidenciações do valor justo, (iii) forma de apresentação das evidenciações de acordo com o capítulo de introdução do CPC 46, (iv) forma de apresentação das evidenciações de acordo com o escopo do CPC 46, (v) forma de apresentação do nível de hierarquia do valor justo, conforme o CPC 46, (vi) forma de apresentação da evidenciação do valor justo e (vii) conteúdo dos pareceres de auditoria em relação ao valor justo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA

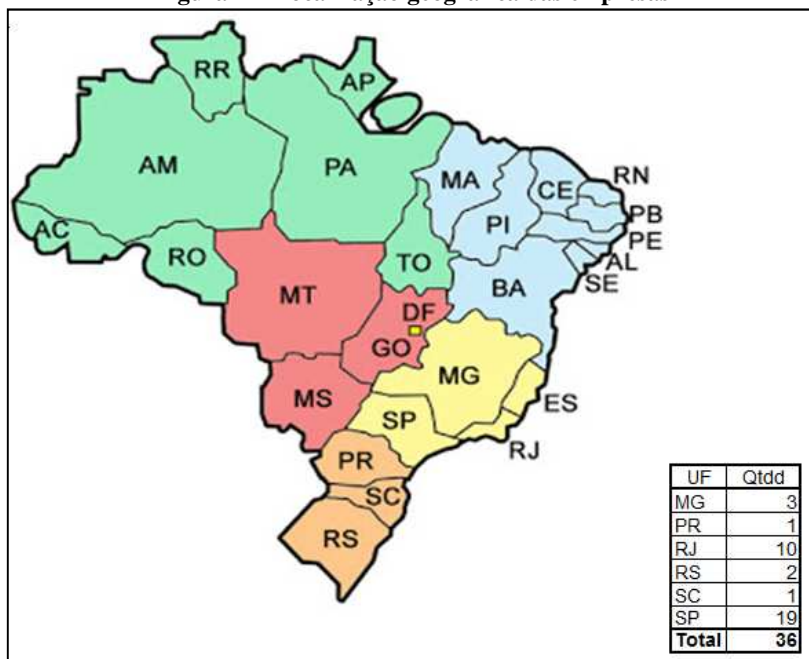
Das empresas analisadas, todas encontram-se listadas na BM&FBovespa no subsetor de Construção e Engenharia, que faz parte do setor de Construção e Transporte. Este subsetor é constituído de 6 segmentos, que são formados por: 19 empresas da Construção Civil, 4 da Construção Pesada, 2 de Engenharia Consultiva, 2 de Intermediação Imobiliária, 4 de Materiais de Construção e 6 de Serviços Diversos.

A situação das empresas pode ser classificada pela CVM em fase operacional, pré-operacional e em recuperação judicial ou equivalente. Da amostra selecionada, 33 empresas encontram-se em fase operacional, 2 em fase pré-operacional, 1 em recuperação judicial e 1 não teve a situação divulgada pela CVM.

As empresas em fase pré-operacional tiveram como data de início de sua situação em 2001 e 2007. De acordo com a CVM, a empresa em recuperação judicial encontra-se nesta situação desde 2009 e nas notas explicativas a informação constante é desde 2008, encontrando-se com as linhas de produção paralisadas atualmente. A empresa Haga S.A. não teve a situação divulgada estava em concordata preventiva até maio de 2012, quando foi extinta a responsabilidade de concordatária, conforme a sua nota explicativa de número 2.

A localização geográfica de 36 destas empresas concentra-se nas regiões sul e sudeste do Brasil, conforme demonstrado na Figura 2. Uma das empresas possui sua sede legal na Argentina, na cidade de Buenos Aires e que obteve o registro na CVM em 2010, a partir de quando ficou apta a negociar suas ações no mercado de capitais brasileiro.

Figura 2 – Localização geográfica das empresas



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Das empresas localizadas no estado de São Paulo, 17 tem a sua sede na capital São Paulo e 13 delas estão no segmento de construção civil. Dentre as empresas localizadas no estado do Rio de Janeiro, apenas uma não se encontra situada na capital, a qual não possui a situação do emissor disponível pela CVM desde 2012, conforme descrito anteriormente.

Em relação à auditoria independente das empresas, 25 são auditadas por empresas que compõem as *Big Four* (as quatro maiores empresas de auditoria atuais), como é demonstrado no

Quadro 9. Destas empresas de auditoria, 31 auditores emitiram os seus relatórios, uma vez que 4 auditores assinaram o relatório para mais de uma empresa auditada desta amostra. Estes auditores pertencem às empresas BDO (1 auditor para 2 empresas), Deloitte (1 auditor para 3 empresas) e a KPMG (1 auditor para 2 empresas e outro auditor para 3 empresas).

Quadro 9 – Empresas de auditoria independente da amostra analisada

Empresa de Auditoria	Empresas auditadas	Quantidade de empresas auditadas na amostra selecionada
Bazzaneze Auditores Independentes S/S	DTCOM	1
BDO RCS Auditores Independentes S/S	MENDES JR	3
	SONDOTECNICA	
	TRISUL	
Boucinnhas, Campos & Conti	AZEVEDO	2
	HAGA S/A	
Deloitte Touche Tohmatsu	CONST A LIND	7
	CYRELLA REALT	
	EVEN	
	MILLS	
	ROSSI RESID	
	TECNISA	
	VALID	
Ernst & Young	BROOKFIELD	5
	CSU	
	ETERNIT	
	EZTEC	
	MRV	
Grant Thornton Auditores Independentes	CR2	2
	TGLT	
KPMG Auditores Independentes	BR BROKERS	9
	CONTAX	
	GAFISA	
	JHSF PART	
	JOAO FORTES	
	LOPES BRASIL	
	PDG REALT	
	PROTOBELLO	
Orozimbo Benedito Brunharo	RODOMENSIMOB	1
	LIX DA CUNHA	
PricewaterhouseCoopers	ALTUS	4
	DIRECIONAL	
	HELBOR	
	VIVER	
Saweryn & Associados S/S	SULTEPA	1
Tag Auditoria e Consultoria Empresarial S/S	TECNOSOLO	1
TBRT - Itikawa Auditores Independentes	CHIARELLI	1

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Em sua maioria (34 empresas), os pareceres de auditoria são apresentados sem ressalva, mas com um parágrafo de ênfase para assuntos em que a auditoria independente julgou relevante mencionar

algum fato que possa influenciar nas tomadas de decisão dos usuários contábeis. Apenas 3 empresas apresentaram o parecer com ressalva, das quais a Sultepa foi auditada pela Saweryn (não houve retornos das cartas de circularização, não foram apresentados os testes de *impairment* e houve a falta de análise das provisões para perdas), a Tecnosolo foi auditada pela Tag (não foi possível determinar o saldo do parcelamento dos impostos e não foi feito teste de *impairment* nos investimentos em controlada) e a Chiarelli foi auditada pela TBRT (houve problemas no sistema de processamento de dados e paralisação das atividades).

As demonstrações contábeis destas empresas apresentam-se consolidadas em 31 casos, enquanto que 6 empresas apresentam as suas demonstrações contábeis de forma individual. Além disso, uma empresa (Lix da Cunha) não adota a mensuração do valor justo e, conforme as notas explicativas, esta empresa somente menciona este termo em referência às contas de caixa e equivalentes de caixa, alegando que o risco de mudança do valor justo é insignificante.

4.2 FORMA GERAL DE APRESENTAÇÃO DAS EVIDENCIAÇÕES DO VALOR JUSTO

Toda a análise da pesquisa referente à mensuração do valor justo foi feita de acordo com as divulgações contidas em notas explicativas de cada empresa. Ao verificar a utilização da mensuração do valor justo, constatou-se que 36 empresas mensuram seus ativos, passivos e/ou instrumentos de capital com base na norma. Para a única empresa que não utiliza a mensuração do valor justo (Lix da Cunha), conforme descrito no CPC 46, nada é tratado a respeito da divulgação de informações sobre esta não utilização.

Nas notas explicativas divulgadas pelas empresas foi verificado se, em algum momento, é divulgada alguma informação sobre o IFRS 13 ou CPC 46. Destaca-se que 14 empresas mencionam o IFRS 13 e 12 empresas mencionam o CPC 46. No quadro 10 apresenta-se a quantidade de empresas que divulgaram o IFRS e o CPC 46.

Quadro 10 – Divulgação do IFRS 13 e CPC 46

Descrição	Quantidade
Menciona o IFRS 13	14
Menciona o CPC 46	12
Relaciona o IFRS 13 com o CPC 46	9
Não menciona nenhuma norma	20

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A não divulgação dos termos “IFRS 13” ou “CPC 46” constatada em 20 empresas não faz com que elas estejam descumprindo a norma contábil, porém esta não divulgação pode dificultar o entendimento da informação contábil. As empresas que não mencionaram as normas não foram descartadas das análises, pois não é possível afirmar que elas não as aplicam para elaborar as demonstrações contábeis. Contudo, existem alguns itens que são de divulgação obrigatória pelas empresas, dentre eles encontram-se as informações sobre a mensuração a valor justo dos ativos, passivos e instrumentos de capital.

4.3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS EVIDENCIAÇÕES DE ACORDO COM O CAPÍTULO DE INTRODUÇÃO DO CPC 46

O CPC 46 é dividido em algumas seções e uma delas é a introdução. Com o intuito de explicar o objetivo desta norma, a introdução fornece as razões para a emissão dos CPCs e as principais características do CPC 46. Neste sentido foi elencada a aplicação anterior de 2013 e se este CPC foi aplicado em ativos, passivos e instrumentos de capital.

A princípio, nenhuma empresa teve aplicação desta norma em períodos anteriores a 2013, o que pode ser constatado com a busca de informações nas notas explicativas de 2011 e 2012 de algumas empresas, pois esta informação não consta em suas notas explicativas de 2013. Porém, 5 empresas não fizeram nenhuma evidenciação quanto a este fato. Caso tivesse aplicação desta norma anterior à 2013, este fato deveria ser divulgado. Portanto, esta evidenciação não se aplica a nenhuma empresa analisada.

Ainda foram relacionadas a aplicação do CPC 46 aos ativos, passivos e instrumentos de capital. Inicialmente, foram feitas buscas nas notas explicativas sobre os itens mensurados a valor justo. Nesta busca inicial, 35 empresas aplicaram o valor justo em seus ativos, 33 nos passivos e 4 nos instrumentos de capital, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Aplicação dos itens de introdução do CPC 46

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
Teve aplicação deste CPC anterior à 2013?	-	32	-	5
Se sim, foi divulgado este fato?	-	-	32	5
O valor justo é aplicado em ativos?	35	2	-	-
O valor justo é aplicado em passivos?	33	4	-	-
O valor justo é aplicado em instrumentos de capital?	4	30	-	3

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Como pode ser observado na Tabela 1, a aplicação do valor justo em ativos, que teve maior destaque foi em instrumentos financeiros (tanto ativos como passivos), em que 32 empresas evidenciaram de alguma forma que eles estão mensurados a valor justo.

Das 5 empresas que não divulgaram a mensuração do valor justo em instrumentos financeiros, 3 divulgaram a mensuração a valor justo somente para: contratos de arrendamento mercantil; salários, férias e encargos sociais; imobilizados e intangíveis. Tais itens também são abordados em algumas outras empresas que mensuram a valor justo os instrumentos financeiros, mas não com tanta frequência. Ainda existe uma empresa (CSU) que divulgou que os valores contidos no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo e, conforme já mencionado na seção 4.2, a empresa Lix da Cunha não faz mensurações com base no valor justo.

Contudo, em referência à parte introdutória do CPC 46, pode-se notar que as empresas analisadas não aplicaram esta norma nas demonstrações contábeis anteriores. Para 2013, os itens que mais foram evidenciados encontram-se nos ativos e passivos, destacando-se os financeiros, como o caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber, investimentos e empréstimos.

4.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS EVIDENCIAÇÕES DE ACORDO COM O ESCOPO DO CPC 46

Em se tratando do escopo do CPC 46, as empresas analisadas tiveram diferentes itens mensurados ao valor justo. De acordo com o escopo da norma, estes itens são os pagamentos baseados em ações, operações de *leasing*, estoques, *impairments*, benefícios a empregados e planos de aposentadoria.

O pagamento baseado em ações, operações de *leasing* e os estoques, não se aplica à mensuração e à divulgação conforme o CPC 46. Já as divulgações dos benefícios aos empregados e planos de aposentadoria não são necessárias de serem feitas de acordo com esta norma.

Mesmo não sendo necessário ter a sua mensuração e divulgação desses itens, de acordo com o CPC 46, algumas empresas fazem a mensuração ao valor justo. Isto não significa que estão em desacordo com o CPC, pois a busca sobre a mensuração destes itens foi somente relacionada ao valor justo e não necessariamente ao CPC 46. Esta busca tem os seus resultados demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Aplicação dos itens do Escopo do CPC 46

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
A empresa mensura a valor justo as transações de pagamento baseado em ações de acordo com o CPC 46?	13	8	-	16
A empresa mensura a valor justo as operações de <i>leasing</i> de acordo com o CPC 46?	7	17	-	13
A empresa mensura a valor justo os estoques de acordo com o CPC 46?	6	26	-	5
A empresa mensura a valor justo o valor em uso para <i>impairments</i> de acordo com o CPC 46?	7	29		1
A empresa mensura o plano de ativos (benefícios a empregados) de acordo com o CPC 46?	2	23	1	11
A empresa mensura o plano de benefícios de aposentadoria de acordo com o CPC 46?	1	9	4	23

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Contudo, mesmo estes itens não sendo obrigados a seguirem o CPC 46, percebe-se que algumas empresas ainda fazem a mensuração a valor justo, podendo ser observado em todos os itens analisados, com destaque para os pagamentos baseados em ações. No entanto, a maioria das empresas não faz a mensuração e divulgação destes itens a valor justo, principalmente nos itens de estoque, teste de *impairment* e benefícios aos empregados.

Outras empresas não mencionaram nada a respeito de alguns desses itens. Por fim, as empresas CSU, Direcional, Gafisa, Trisul e Viver não aplicaram o valor justo em benefícios a empregados ou em planos de aposentadoria e evidenciaram em notas explicativas que não fazem a prática destes benefícios.

Após identificar quais itens são mensurados a valor justo, faz-se necessário descobrir a aplicação do CPC 46 na divulgação das informações destes itens. Para isto, a próxima seção demonstra a forma de apresentação quanto aos níveis de hierarquia.

4.5 FORMA DE APRESENTAÇÃO DO NÍVEL DE HIERARQUIA DO VALOR JUSTO CONFORME O CPC 46

Um dos requisitos do CPC 46 é a classificação dos níveis de informação a serem adotados para a mensuração do valor justo. Estes níveis são classificados em hierarquias de acordo com o acesso à informação. De acordo com o CPC 46 (2012), esta hierarquia fornece a maior prioridade para preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1) e com menor prioridade aos dados não observáveis (informações de Nível 3).

Dentre as 37 empresas analisadas, 36 apresentam ativos, passivos ou instrumentos de capital mensurados ao valor justo. Mas apenas 20 empresas divulgaram a classificação em níveis hierárquicos: Altus, BR Brokers, Brookfield, Direcional, Eternit, Even, Gafisa, Helbor, JHSF Part., João Fortes, Lopes Brasil, Mendes Jr, Mills, MRV, PDG Realt, Rodobens Imob., Sondotécnica, TGLT, Valid e Viver.. A Tabela 3 demonstra a situação geral da classificação de níveis encontrados nas notas explicativas.

Tabela 3 – Classificação dos níveis de hierarquia

Item analisado	Sim	Não	N.A.
O valor justo é classificado em níveis?	20	17	-
Há ativos são classificados no Nível 1?	8	12	17
Há passivos são classificados no Nível 1?	1	19	17
Há instrumentos de capital são classificados no Nível 1?	-	20	17
Há ativos são classificados no Nível 2?	14	6	17
Há passivos são classificados no Nível 2?	5	15	17
Há instrumentos de capital são classificados no Nível 2?	-	20	17
Há ativos são classificados no Nível 3?	3	17	17
Há passivos são classificados no Nível 3?	2	18	17
Há instrumentos de capital são classificados no Nível 3?	-	20	17

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Como é possível perceber, nenhuma empresa classifica os instrumentos de capital em níveis hierárquicos, somente classificam seus ativos e passivos. Esta informação contradiz os dados encontrados na Tabela 1 em que, no item de Introdução, as empresas Brookfield, Gafisa, Lopes Brasil e Mills informaram aplicar o valor justo em instrumentos de capital. Cabe destacar que estas 4 empresas afirmaram classificar as informações do valor justo em níveis hierárquicos.

A mesma contradição pode ser constatada na mensuração do valor justo dos ativos e passivos. Enquanto que na Tabela 1 a mensuração do valor justo foi em 35 empresas para os ativos e 33 empresas os mensuram em passivos, a Tabela 3 demonstra que apenas 19 e 4 empresas, respectivamente, classificam em níveis de informação entre ativos e passivos. A não classificação em níveis hierárquicos de informação pode comprometer o cumprimento do CPC 46.

A concentração da classificação em níveis hierárquicos de informação está nos ativos classificados em Nível 1. Existe divergência ao comparar este dado com o estudo de Mendes e Freire (2014) sobre as instituições financeiras, em que há predominância em avaliar os ativos nos níveis mais subjetivos (Níveis 2 e 3). Para as informações de nível 1 de hierarquia do valor justo, os ativos classificados abrangem somente

instrumentos financeiros. Ao pesquisar nas notas explicativas, estes itens foram informados conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Ativos classificados no nível 1 de informação

Item mensurado	Quantidade
Caixa e equivalentes de caixa	3
Letras Financeiras do Tesouro	1
Títulos de renda fixa	1
Títulos e valores mobiliários	1

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Além destes itens, as empresas Direcional, Helbor e Sondotécnica apenas divulgaram de forma geral que os ativos classificados no Nível 1 são ativos financeiros e instrumentos financeiros. Já os passivos classificados no nível 1, a única empresa que informou (TGLT), o classificou como instrumentos financeiros e adiantamento de clientes.

O nível 2 de informação foi a classificação que mais teve ativos e passivos divulgados pelas empresas, mas mesmo assim há contradição entre a Tabela 1 com a Tabela 3. Assim como no nível 1, somente ativos e passivos tiveram suas classificações neste nível. Os ativos informados pelas 14 empresas podem ser divididos conforme demonstrado na Tabela 5. Além destes itens, as empresas MRV e Viver apenas divulgaram, de forma geral, que os ativos classificados no Nível 2 são ativos financeiros e instrumentos financeiros.

Tabela 5 – Ativos classificados no nível 2 de informação

Item mensurado	Quantidade
Títulos e valores mobiliários	3
Aplicações financeiras	5
Equivalentes de caixa	4
Debêntures de conglomerados financeiros (operações compromissadas)	2
CDBs – Certificados de Depósitos Bancários	2
Instrumentos financeiros derivativos	2
Contas a receber	1
Propriedades para investimento	1

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Além dos ativos, os passivos também foram classificados no Nível 2 de hierarquia, conforme destacado na Tabela 6. Das duas empresas que classificaram os instrumentos financeiros, a Altus classificou somente os instrumentos que possuía em 2012 e foram liquidados em 2013, ficando o saldo desta conta zerado no período

analisado. Esta mesma empresa não fez mais nenhuma classificação em nível de hierarquia.

Tabela 6 – Passivos classificados no nível 2 de informação

Item mensurado	Quantidade
Instrumentos Financeiros	2
Empréstimos	2
Financiamentos	1
Debêntures	1
Obrigações com investidores	1
Fornecedores	1
Derivativos usados para empréstimos	1

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Em relação ao Nível 3 de hierarquia, apenas as empresas BR Brokers, Lopes Brasil e PDG Realt. tiveram ativos e passivos classificados. Os ativos classificados são os instrumentos financeiros com opções de venda (localizados em 2 empresas) e as propriedades para investimento. As mesmas empresas que fizeram a classificação dos instrumentos financeiros com opções de venda classificaram as opções de compra de instrumentos financeiros e passivos financeiros designados ao valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Após verificar a classificação dos itens em níveis hierárquicos, o CPC 46 ainda trata da evidenciação do valor justo, conforme demonstrado na próxima etapa da pesquisa. Esta evidenciação está ligada à classificação do nível hierárquico, pois o CPC 46 exige informações adicionais quanto a esta classificação.

4.6 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA EVIDENCIAÇÃO DO VALOR JUSTO

Ao tratar da forma de evidenciação do valor justo, o CPC 46 dá maior ênfase no texto de sua norma para esta parte. Para as empresas analisadas, foram elencados todos os itens que tratam do valor justo, não somente aqueles classificados em níveis de hierarquia, mesmo este sendo a principal exigência divulgada na norma quanto à sua evidenciação, mas para todos os itens mensurados a valor justo, conforme a Tabela 1.

Nesta análise, as empresas apresentaram resultados diferentes em alguns quesitos de evidenciação. O primeiro item que o CPC 46 trata sobre a evidenciação é quanto a divulgação das técnicas de avaliação utilizadas para desenvolver as mensurações a valor justo de ativos e

passivos, podendo ser observado na Tabela 7 em que 32 empresas evidenciam os seus ativos e apenas 17 empresas evidenciaram as técnicas utilizadas em seus passivos. Este dado difere dos resultados encontrados no estudo de Mendes e Freire (2014) que demonstram apenas 5,5% das empresas classificadas no estudo divulgaram informações referente a avaliação de ativos e passivos a valor justo.

Tabela 7 – Técnicas de avaliação e insumos utilizados

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
São evidenciadas as técnicas de avaliação utilizadas para desenvolver as mensurações dos ativos?	32	4	1	-
São evidenciadas as técnicas de avaliação utilizadas para desenvolver as mensurações dos passivos?	17	19	1	-

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Caso a empresa efetue a transferência entre os níveis de hierarquia, deverá evidenciar em notas explicativas os valores, razões e políticas utilizadas para fazer esta transferência. A Tabela 8 mostra que, dentre as 20 empresas que classificaram as mensurações de valor justo em níveis hierárquicos de informação, nenhuma aplicou a transferência de níveis.

Tabela 8 – Transferência de níveis de hierarquia

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
Foram feitas transferências de níveis 1 e 2 de hierarquia?	-	19	18	-
Se sim, foram divulgados os valores?	-	-	37	-
Se sim, foram divulgadas as razões para esta transferência?	-	-	37	-
Se sim, foram divulgadas as políticas para esta transferência?	-	-	37	-
Foram feitas transferências de níveis 2 e 3 de hierarquia?	-	12	24	1
Se sim, foram divulgados os motivos para esta transferência?	-	-	37	-
Para as transferências para dentro ou fora do nível 3, foram divulgados os montantes?	-	-	37	-
Para as transferências para dentro ou fora do nível 3, foram divulgadas as razões?	-	-	37	-
Para as transferências para dentro ou fora do nível 3, foram divulgadas as políticas?	-	-	37	-

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

As empresas que classificaram os seus ativos e passivos no Nível 3 de hierarquia, devem fazer algumas evidenciações com maiores detalhes, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Especificações para o nível 3 de hierarquia

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
Para a mensuração do valor justo utilizando informações de Nível 3 é evidenciado o efeito sobre o lucro ou a perda ou outro rendimento integral do período?	-	3	34	-
Para a mensuração classificada em nível 3, foi evidenciada a descrição da técnica de avaliação utilizada?	3	-	-	-
Para a mensuração classificada em nível 3, foram fornecidas informações quantitativas sobre as contribuições significativas não observáveis utilizados na mensuração?	2	1	34	-
Para a mensuração classificada em nível 3, foi feita a reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais de ganhos ou perdas totais para o período reconhecido no resultado?	-	3	34	-
Para a mensuração classificada em nível 3, foi feita a reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais de ganhos ou perdas totais para o período reconhecido em outros resultados abrangentes?	-	3	34	-
Para a mensuração classificada em nível 3, foram evidenciadas as compras, vendas, emissões e liquidações?	1	2	34	-
Para os itens mensurados no nível 3, foram divulgados os montantes dos ganhos ou perdas no período constantes em resultados abrangentes de ganhos ou perdas não realizados?	-	2	35	-
Para os itens mensurados no nível 3, foi divulgada a descrição dos processos de avaliação utilizados pela entidade?	2	1	34	-
Para os itens mensurados no nível 3, foi divulgada uma descrição narrativa da sensibilidade da mensuração do valor justo a mudanças em variáveis não observáveis, se uma alteração nessas entradas para um valor diferente pode resultar em uma mensuração de valor justo significativamente maior ou menor?	2	1	34	-
Para os ativos e passivos financeiros mensurados no nível 3, foram divulgados os possíveis pressupostos alternativos que mudariam o valor justo significativamente?	3	-	34	-

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Vale lembrar que apenas 3 empresas (BR Brokers, Lopes Brasil e PDG) possuem ativos e/ou passivos classificados no Nível 3 de

hierarquia e, mesmo este número sendo pequeno, ainda não cumprem toda a exigência da norma.

Em seu parágrafo 97, o CPC 46 (2012) orienta as empresas a divulgarem algumas informações para ativos e passivos não mensurados a valor justo, porém não é uma exigência, isto é, a empresa não é obrigada a fazer esta divulgação. As informações exigidas para estes ativos ou passivos são exibidas na Tabela 10.

Tabela 10 – Ativos e passivos não mensurados a valor justo

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
Para os ativos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou o nível de hierarquia de informação?	-	37	-	-
Para os ativos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou a descrição da técnica de avaliação utilizada?	31	6	-	-
Para os ativos não mensurados a valor justo, caso o maior e melhor uso de um ativo não financeiro difere do seu uso atual, a entidade divulgou esse fato?	-	-	1	36
Para os passivos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou o nível de hierarquia de informação?	-	37	-	-
Para os passivos não mensurados a valor justo, a empresa divulgou a descrição da técnica de avaliação utilizada?	20	17	-	-
Para os passivos não mensurados a valor justo, caso o maior e melhor uso de um passivo não financeiro difere do seu uso atual, a entidade divulgou esse fato?	-	-	1	36

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Percebe-se que a descrição da técnica de avaliação e os insumos utilizados para a mensuração de ativos e passivos foram os itens que mais tiveram aplicabilidade, sendo aplicável em 31 empresas.

O CPC 46 ainda solicita algumas evidenciações genéricas, tais como apresentadas na Tabela 11. Na maioria delas não foi possível localizar a evidenciação nas notas explicativas das empresas. O parágrafo 99 do CPC 46 (2012) é claro ao mencionar que “A entidade deve apresentar as divulgações quantitativas exigidas por este Pronunciamento em um formato tabular, salvo se outro formato for mais apropriado”.

Tabela 11 – Outras evidenciações

Item analisado	Sim	Não	N.A.	N.M.N.
Para mensurações recorrentes (comuns) é divulgada a mensuração no final do período em análise?	-	3	2	32
Para mensurações não-recorrentes são divulgadas as razões para a mensuração?	-	2	1	34
Caso o maior e melhor uso de um ativo não financeiro difere do seu uso atual, a entidade divulgou esse fato?	-	-	-	37

Se a empresa mensurou o valor justo de um conjunto de ativos e passivos financeiros com base no preço que seria recebido para vender ativo ou pago para transferir um passivo, divulgou este fato?	-	-	-	37
São apresentadas divulgações quantitativas em formato tabular para as mensurações do valor justo?	13	22	2	-
Se não, qual o formato apresentado?		-	23	-

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Porém, a Tabela 11 demonstra que apenas 13 empresas fazem em um formato tabular: BR Brokers, Brookfield, Contax, Eternit, JHSF Part., Lopes Brasil, Mills, PDG Realt., Rodobens Imob., Sondotécnica, Tecnosolo, TGLT e Valid; a maioria delas o faz para representar a localização da conta contábil e o seu nível de hierarquia. As empresas que não fazem a apresentação desta forma, evidenciam apenas informações descritivas no decorrer das notas explicativas, deixando a forma tabular para outras divulgações que não sejam referentes ao valor justo.

4.7 CONTEÚDO DOS PARECERES DE AUDITORIA EM RELAÇÃO AO VALOR JUSTO

Após verificar as evidenciações da mensuração do valor justo feitas pelas empresas analisadas em coerência com o CPC 46, esta etapa da pesquisa demonstra a alusão dos pareceres de auditores em referência ao CPC 46. Para tanto, foram lidos todos os pareceres de auditoria e constatou-se que nenhum auditor independente mencionou a norma contábil analisada, nem como IFRS 13 e nem como CPC 46. No entanto, 21 auditores mencionaram em seu parecer o termo “valor justo”, havendo assim a necessidade de analisar estes pareceres com a finalidade de descobrir a alusão dada à evidenciação deste item.

Para Damascena, Firmino e Paula (2011), o parecer de auditoria é um documento de grande responsabilidade para o auditor independente e a inadequada emissão deste documento pode comprometer as informações contidas no parecer emitido. Contudo, as informações contidas nos pareceres devem ser específicos para cada empresa, o que não foi encontrado no estudo de Santos *et al.* (2009) em que constataram um elevado grau de homogeneidade entre os pareceres analisados.

Em seu conteúdo no parecer de auditoria, 20 empresas tiveram a mesma alusão no parágrafo de ênfase, mencionando que as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Mas essas práticas diferem das

IFRS aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Para todos os auditores, esta ênfase não faz com que a opinião seja ressalvada em função deste assunto.

Ainda houve um auditor da TAG Auditoria e Consultoria Empresarial que emitiu um parecer com ressalva em referência às demonstrações contábeis da empresa Tecnosolo pelo motivo de: “o acervo patrimonial vertido para a empresa controlada foi valorado com atribuição de valor justo, tendo como base o laudo de avaliação citado na nota explicativa 23”. Esta nota explicativa trata dos ajustes de avaliação patrimonial.

4.8 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar os dados coletados em referência ao valor justo, percebe-se que as empresas pesquisadas aplicaram o CPC 46, porém ainda faltam especificações quanto aos critérios de mensuração do valor justo. Brito *et al.* (2014), ao estudarem o valor justo em ativos biológicos, destacam as restrições, subjetividade e complexidade na aplicação do valor justo. Tendo isto como sustentação, pode-se afirmar que o mesmo ocorre com as empresas de construção e engenharia, pois os itens mensurados a valor justo (ativos e passivos financeiros, em sua maioria) são complexos a serem mensurados, principalmente em se tratando daqueles classificados no Nível 2 ou 3 de hierarquia da informação.

Por ser um item que pode ser subjetivo e complexo, a informação do valor justo pode influenciar nos relatórios contábeis das empresas. Conforme Mendes e Freire (2014), o valor justo é algo que pode ser manipulado a fim de distorcer as informações contábeis. Isto traz uma preocupação com os ativos e passivos mensurados a valor justo nas empresas analisadas, em que há mensuração em ativos de 35 empresas e em passivos de 33 empresas, sendo em sua maioria instrumentos financeiros (investimentos e contas a pagar).

Outro fator que chama a atenção é a distorção dos dados no que se refere à classificação dos itens mensurados a valor justo quanto ao nível de hierarquia de informação. O CPC 46 (2012, p. 14) exige a evidenciação destes níveis hierárquicos em seu parágrafo 72:

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, este Pronunciamento estabelece

uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis (...) as informações para as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1) e a mais baixa prioridade a dados não observáveis (informações de Nível 3).

Sendo assim, das 36 empresas que mensuram os seus ativos, passivos e instrumentos de capital a valor justo, 56% (20 empresas) aplicam a classificação em níveis hierárquicos, fazendo com que suas evidenciações sejam mais consistentes que as outras empresas neste item. Porém, ao se tratar de divulgação em formato tabular conforme orientado pelo CPC 46, apenas 13 empresas o fazem.

Como já mencionado anteriormente, por ser um item subjetivo, o valor justo poderia ser anunciado nos pareceres de auditoria divulgados pelas empresas. Alguns itens são flexíveis à manipulação de dados (MENDES; FREIRE, 2014) e podem ser complexos para a interpretação da informação. Sendo assim, Christensen, Glover e Wood (2013) salientam que os pareceres de auditoria fornecem uma garantia razoável de que as demonstrações contábeis estão adequadamente apresentadas, sem viés e sem informações enganosas. Para o parecer ser emitido sem ressalva e sem um parágrafo de ênfase em relação à mensuração do valor justo, o auditor necessita entender como estas avaliações foram elaboradas (MARTIN; RICH; WILKS, 2006).

No entanto, as informações contidas nos pareceres de auditoria das empresas analisadas em alusão ao valor justo são superficiais e não abordam itens relevantes do valor justo, tal como o início da aplicação do CPC 46 que muda a base contábil para a comparabilidade das informações entre períodos. As informações de Nível 3 apresentadas em 4 empresas não foram abordadas nos pareceres, tendo em vista que as informações neste nível possuem um grau de subjetividade maior em comparação aos outros níveis (POWER, 2010) e podem comprometer (caso não seja tomada uma base confiável) as informações contidas nas demonstrações contábeis.

5 CONCLUSÃO

O atendimento às normas internacionais de contabilidade pelas companhias brasileiras passou a ser obrigatório a partir de 2010. Dentre as normas listadas, o IFRS 13, que foi traduzido e utilizado na elaboração do CPC 46, refere-se à mensuração e evidenciação das demonstrações contábeis a valor justo. Este pronunciamento permite a subjetividade em algumas condições específicas e que devem ser divulgadas de forma clara e objetiva pela empresa.

Durante as consultas na literatura, foi possível identificar importantes aspectos referentes a necessidade de transparência e veracidade para a divulgação das informações contábeis para seus usuários. Ao contrário, outros trabalhos entendem que as notas explicativas de empresas brasileiras geralmente são superficiais e apresentam informações insuficientes para a compreensão pelos seus usuários (BARROS *et al.* 2012).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi de verificar quais as evidenciações da mensuração do valor justo e as alusões nos pareceres de auditoria apresentados pelas empresas de construção e engenharia listadas na BM&FBovespa, em referência ao IFRS 13. Assim, foram analisadas as empresas do subsetor de construção e engenharia que estavam listadas no *site* da BM&FBovespa no dia 02 de junho de 2014.

Das 39 empresas encontradas neste subsetor, duas foram excluídas por não disponibilizarem as demonstrações nos contábeis de 2013, o que poderia inviabilizar a análise dos dados para a pesquisa. Além disso, uma das empresas que foi excluída da amostra apresentou um parecer com ressalva em 2010, em que vários aspectos foram apontados pelo auditor como base para o seu parecer com ressalva. Enquanto que a outra empresa estava em fase de recuperação judicial em 2012.

Para a coleta das informações e análise dos dados, foi desenvolvido um *check-list* com base no CPC 46. Desta forma, foi possível tabular os dados e compreender como as empresas deste setor estão evidenciando as informações sobre valor justo e quais as alusões que os auditores fazem em seus pareceres sobre este tema.

Entre as análises foi possível verificar que as empresas ainda não estão em total acordo com o IFRS 13. A maioria das empresas está situada nas regiões sul e sudeste do Brasil e possuem a auditoria independente com as empresas de auditoria classificadas como *Big*

Four. Quanto aos pareceres, 34 foram emitidos sem ressalva e 3 com ressalva, dos quais 21 fazem referência à aplicação do valor justo.

Das 37 empresas analisadas, apenas uma não aplica o valor justo em suas contas e 20 empresas não citam o IFRS 13 e nem o CPC 46 em suas notas explicativas. A aplicação do CPC 46 anterior a 2013 não aconteceu em nenhuma empresa, conforme pesquisa realizada nas notas explicativas de anos anteriores. No entanto, mesmo este fato não sendo obrigatório para aplicação anterior, nenhuma empresa optou em aplicar esta norma de forma voluntária nos dois anos entre a publicação e a obrigação da norma.

Em referência aos itens mensurados a valor justo, destacam-se os ativos e passivos financeiros, em que, respectivamente, 35 e 34 empresas o fizeram. Alguns ativos e passivos não são abordados ou não são exigidos pela norma analisada, mas algumas empresas optaram em mensurar a valor justo, conforme encontrado nas notas explicativas. Dentre estes itens destaca-se o pagamento baseado em ações e as operações de *leasing*, em que 13 e 7 empresas, respectivamente, tiveram base no valor justo. Outro ponto de destaque consta na dificuldade de encontrar esta informação, pois em todos os itens analisados, houve empresas que não se pronunciaram quanto a forma de avaliação.

O elemento que tem maior destaque no CPC 46 refere-se à classificação dos itens em relação ao nível de hierarquia de informação, o que pode influenciar na qualidade da informação divulgada pela empresa. Apenas 20 empresas fazem esta classificação e, a maioria delas, possui a classificação de ativos no nível 2 de hierarquia. O fato de as empresas não fazerem esta aplicação, pode estar associado com a dificuldade em saber como fazer esta classificação, pois os dados podem ser obtidos de diversas formas para suportar a mensuração, mesmo estando em grupo de ativos e passivos.

Embora a maioria das empresas não tenha classificado o nível de hierarquia, as técnicas de avaliação e insumos utilizados são divulgados em 32 empresas, fazendo com que, ao menos, a base para fazer a mensuração seja identificada. Os ativos e passivos não mensurados a valor justo também são mencionados no CPC 46, porém não com tanta ênfase. Com base nisso, as empresas divulgam as técnicas e os insumos utilizados para fazer a mensuração. Quanto ao nível de hierarquia, não é divulgado para nenhum item que não seja mensurado ao valor justo.

A divulgação das informações sobre o valor justo é incentivada pelo CPC 46 em ser de forma tabular. Ao todo, 13 empresas divulgam em forma tabular e 22 empresas divulgam os valores durante as outras explicações características de cada item específico, geralmente incluído

no texto da nota explicativa. Cabe destacar que uma empresa não mensura os seus ativos e passivos a valor justo e outra relata que os valores informados se aproximam dos valores justos.

Quanto a alusão dos pareceres dos auditores independentes, não há referência à norma analisada, apenas abordam no parágrafo de ênfase a questão de que as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, mas essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Ressalta-se neste tópico que os pareceres são semelhantes e não tratam de questões específicas, fazendo com que tenham o mesmo padrão, inclusive na forma escrita do parecer.

Portanto, pode-se afirmar que as empresas não estão em total acordo com as evidenciações exigidas pelo CPC 46 e que os pareceres de auditoria não fazem alusões específicas quanto a mensuração do valor justo. Esta norma é recente e, assim como o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil, chega-se à conclusão de que as empresas ainda estão em processo de desenvolvimento da mensuração ao valor justo.

Para futuros trabalhos, recomenda-se replicar esta pesquisa em outros setores e subsetores da economia, bem como realizar comparações para conhecer quais as empresas e setores que estão em conformidade com os pronunciamentos contábeis. Do mesmo modo, é possível que este estudo seja replicado para analisar setores da economia de outros países que também adotam as IFRSs como base para seus pronunciamentos contábeis. Em relação aos pareceres de auditoria, recomenda-se pesquisar como os auditores fazem a auditoria do valor justo mensurado pelas empresas.

REFERÊNCIAS

ABRASCA. **Anuário estatístico das companhias abertas 2013/2014**. Disponível em: <<http://www.abrasca.org.br/anuario/2012/>> Acesso em: 06/09/2014.

ALMEIDA, N. S. **Pronunciamentos contábeis brasileiros: evidências do entendimento dos auditores independentes do Brasil**. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2012.

AMARAL, N. A. L. **A utilização do valor justo para mensuração da receita econômica: o que o mercado tem a dizer sobre o valor do curso de Ciências Contábeis da UFSC?**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2014.

AMORIM, E. N. C. **Auditoria Independente: Determinantes da carência de profissionais no mercado brasileiro**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis (SC), 2012.

ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M.; PENTEADO, I. M. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. In: Seminários em Administração, v 10., 2007 – FEA-USP. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2007.

ASSING, I.; AVILA, R. V.; ALBERTON, L. Atendimento às Normas na Reavaliação de Ativos Imobilizados e nos Pareceres Emitidos por Auditoria Independente. **Revista de Informação Contábil**, v. 4, n. 1, p. 01 - 21, 2010.

ARAÚJO, L. G.; LAGIOIA, U. C. T.; MARINHO, R. F.; LEMOS, L. V.; NASCIMENTO, S. G. O. A. Contabilização do arrendamento mercantil financeiro: um estudo nas empresas listadas na Bovespa do setor de construção e transportes. **Revista de Informação Contábil**, v. 6, n. 3, p. 29 - 20, 2013.

ATTIE, W. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARROS, C. C.; SOUZA, F. J. V.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, J. D. G.; SILVA, M. C. O Impacto do Valor Justo na Mensuração dos Ativos Biológicos nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, V. 17, n. 3, p. 41-59, 2012.

BECK, F.; MOURA, G. D.; KLANN, R. C.; BEZERRA, F.A. Principais alterações internas em uma empresa de capital aberto: um estudo do impacto da convergência contábil sob a ótica contingencial. In: VI Congresso ANPCONT, v.6., 2012. **Anais...** São Paulo, ANPCONT, 2012.

BENSTON; G. J. Fair-value accounting: A cautionary tale from Enron. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 25, n. 4, p. 465-484, 2006.

BRITO, E. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA-RP/USP, 2010.

BOLÍVAR, E.; RIBEIRO, M. S.; MARTINS, V. A.; LEMES, S. Fair Value application to biological assets and agricultural produce in livestock farming. **Custos e @gronegócio on line**, v. 10, n. 1, p. 190-211, 2014.

BOLÍVAR, M. P. R.; GALERA, A. N. The Role of Fair Value Accounting in Promoting Government Accountability. **Abacus**, v. 48, n. 3, p. 348-386, 2012.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

CAMARGO, R. V. W. **Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos á companhias negociadas na BM&FBovespa**. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2012.

CARMO, C. H. S.; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na

aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 242 - 262, 2011.

CHRISTENSEN, B. E.; GLOVER, S. M.; WOOD, David A. Extreme Estimation Uncertainty and Audit Assurance. **Current Issues in Auditing**, v. 7, n. 1, p. P36-P42, 2013.

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G.; MUGNAINI, A. **Análise das demonstrações financeiras: teoria e prática**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CFC. **Resolução CFC nº 980/03**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 26/08/2014.

_____. **Resolução CFC nº 1231/09**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 26/08/2014.

_____. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/>. Acesso em: 26/08/2014.

CNI. **Sondagem Indústria da Construção**. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/08/22/54/SondagemIndustriadaConstruoJunho2014.pdf Acesso em: 05/09/2014

COMISSÃO VALORES MOBILIARIOS (CVM). **Instrução CVM nº 308**. Brasília: CVM, 1999.

_____. (CVM). **Instrução CVM nº 457**. Brasília: CVM, 2007.

_____. (CVM). **Deliberação CVM nº 595**. Brasília: CVM, 2009.

CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em: 07/03/2014.

DAMASCENA, L. G.; FIRMINO, J. E.; PAULO, E. Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos Parágrafos de Ênfase e Ressalvas Constantes nas Demonstrações Contábeis das Companhias Listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 2, p. 125-154, 2011.

DANTAS, J. A. *et al.* A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **E & G Economia e Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56 - 76, 2005.

DUTRA, M.H. **Modelo de referência para o relatório final da auditoria independente baseado na abordagem de expectations gap**. 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FABIANO, D. **O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2012.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução: Roberto Cataldo Costa, 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IAS. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs/#totals>>. Acesso em: 29/04/2014.

INTERNATIONAL ACCOUNTING REPORTING STANDARDS BOARDS. **International Financial Reporting Standard 13: Fair Value Measurement**. 2011. Disponível em: <<http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/en/2012/ifrs13.pdf>>. Acesso em: 30/04/2014.

_____. **Quem somos e o que fazemos**. Disponível em: <http://www.ifrs.org/The-organisation/Documents/WhoWeAre_Portuguese_JAN_2014.pdf>. Acesso em: 29/08/2014.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS.

Standards and Interpretations. Disponível em:

<<http://www.ifrs.org/IFRSs/Pages/IFRS.aspx>>. Acesso em: 31/08/2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **O Dicionário de Termos de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. Uma Investigação e uma Proposição sobre o Conceito e o uso do valor justo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. spe, p. 09-18, 2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JACQUES, F. V. S.; RASIA, K. A.; OTT, E. A evidenciação do ativo intangível em nos explicativas por empresas de capital aberto integrantes na Bovespa. **Revista Espacios**, v. 33, n. 3, p. 13 - 28, 2012.

KPMG. Orientação unificada para mensuração e divulgação do valor justo para IFRS. IFRS em destaque. São Paulo, dez. 2011. Disponível em:
<http://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigoasepublicacoes/Documents/IFRS/IFRS_em_destaque_IFRS_13.pdf>. Acesso em: 02/03/2014.

LAGHI, E.; PUCCI, S.; TUTINO, M.; MARCANTONIO, M. Fair value hierarchy in financial instrument disclosure. Is there transparency for investors? Evidence from the banking industry. **Journal of Governance and Regulation**, v. 1, Issue 4, 2012.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F.M. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção *versus* baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 58, p.52-64, Jan-Abr, 2012.

MACKENZIE, B.; COETSEE, D.; NJIKIZANA, T.; COLYVAS, B.; HANEKOM, B. **IFRS 12 interpretação e aplicação.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

MAPURUNGA, P.V.R.; MENESES, A.F.; PETER, M.G.A. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: uma realidade nos setores privado e público brasileiros. **Revista Controle**, v. 09, n. 1, 87-107, Jan-Jun, 2011.

MARTIN, R., D.; RICH, J., S.; WILKS, T., J. Auditing Fair Value Measurements: A Synthesis of Relevant Research. **Accounting Horizons**, v.20, n. 3, p. 287-283, 2006.

MARTINS, E. **Derivativos impõem desafios à regulação global**. Disponível em <http://www.contabilidade-financeira.com/2008/11/eliseu-martins_11.html> Acesso em 27/08/2014.

MENDES, C.J.F.; FREIRE, F.S. A governança corporativa e manipulação de informação contábil: mensuração a valor justo nos bancos comerciais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, 53-76, Mai-Ago, 2014.

MIRZA, A. A.; HOLT, G. J. **Practical Implementation Guide and Workbook for IFRS**. 3. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.

MOST, K. S. **Accounting theory**.2. ed. Columbus, Ohio: Grid, 1982.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, V. A. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2010.

PEREIRA, A. F. **Determinantes na escolha do valor justo para propriedades para investimento no Brasil**. 2013. 66 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREZ JR, J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis: Normas e procedimentos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PESSOTTI, T. J. **Impacto da convergência às normas internacionais de contabilidade sobre a acurácia dos analistas do mercado de capitais brasileiro**. 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Ensino Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2012.

PINHEIRO, G.J.; CUNHA, L.R.S. A importância da auditoria na detecção de fraudes. **Contabilidade Vista & Revista**, v.14, n. 1, p. 31-48, Abr, 2003.

PONTE, V. M. R.; DE LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.; DE AQUINO, L. D. P; CAVALCANTE, D. S. Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo pronunciamento técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 1, 2012.

POWER, M. Fair value accounting, financial economics and the transformation of reliability. **Accounting and Business Research**, v.40, n. 3, p. 197-210, 2010.

PRADO, T. A. R. **Os impactos da primeira adoção das normas IFRS nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais **In: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, A. C.; SOUZA, M. A.; MACHADO, D. G.; SILVA, R. P. Auditoria independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre as demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bovespa e na NYSE. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 4, p. 44-62, Out-Dez., 2009.

SANTOS, A. D.; GRATERON, I.R.G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n. 32, p. 07-22, 2003.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO:
Anuário Estatístico 2012. In: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Brasília: SDP, 2012. Disponível em:
<<http://http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SILVA, C.B.A.; MADEIRA, G.J.; ASSIS, J.L.F. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.1, n.1, 115-139, 2004.

SILVA, R. L. M.; LOPES, A. B. Demonstrações contábeis no Brasil após adoção do CPC 13: reação do mercado de ações e consequências econômicas. In: 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, v. 12., 2012 - FEA-USP. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2012.

SKODA, M.; BILKA, P. Fair value financial statements – advantage and disadvantage. Studia Universitatis “Vasile Goldiș” Arad. **Economics Series**, v.22, Issue 2, 2012.

TAVARES, M. T. N; RIBEIRO FILHO, F.; LOPES, J. E. G; VASCONCELOS, M .T. C; PEDERNEIRAS, M. M. M. Reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil: um estudo sobre o nível de conformidade das empresas listadas na Bovespa com o CPC01 redução ao valor recuperável de ativos. **Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)**, v. 05, p. 01-17, 2010.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

YOUNG, E. FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. 2ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ZYLA. M. L. **Fair Value Measurements: Practical Guidance and Implementation**. John Wiley & Sons, 2009.